

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,**  
**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**MÁRCIO SANDRO COMPER RABBI**

**A RELEVÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO DE**  
**JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE**  
**VILA VELHA-ES**

**SÃO MATEUS**  
**2015**

MÁRCIO SANDRO COMPER RABBI

**A RELEVÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA-ES**

Dissertação submetida à coordenação do curso de pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Luana Frigulha Guisso.

SÃO MATEUS  
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

R112r

RABBI, Márcio Sandro Comper

A relevância da consciência ambiental na educação de jovens e adultos nas escolas públicas do Município de Vila Velha-ES – Márcio Sandro Comper Rabbi.

São Mateus, 2015.

90 f.: il.

Dissertação – Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional – Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus, ES, 2015.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Luana Frigulha Guisso.

1. Educação Jovens e Adultos. 2. Educação Ambiental. 3. Legislação I. Título.

CDD: 371.32

MÁRCIO SANDRO COMPER RABBI

**A RELEVÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 19 de Junho de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof<sup>ª</sup>. Msc. LUANA FRIGULHA GUISSO**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientadora



---

**Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. SÔNIA MARIA DA COSTA BARRETO**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof. Dr. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO**  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me conceber a vida, e a vontade de vivê-la em sua plenitude. Por ter me concedido o ensejo de nascer em uma família formidável e de conhecer pessoas especiais.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Luana Frigulha Guisso, pela atenção, respeito por minhas ideias e pela tranquilidade a mim passada em cada momento desta caminhada, e pela preparação para qualificação e defesa de forma segura e harmoniosa.

Ao Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes, pela disponibilidade em fazer parte da Banca de Qualificação e Examinadora desta dissertação e principalmente pelas inúmeras contribuições enriquecedoras à elaboração dessa dissertação.

Agradeço a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria da Costa Barreto e o Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco pela disponibilidade em fazer parte da banca Examinadora desta dissertação, e pelo aceite ao convite, sugestão, atenção e apoio.

A todos os meus professores que no decorrer desse Mestrado, transferiram conhecimentos, saberes e trocas, para que hoje pudesse está concluindo, mas essa etapa de minha vida, na verdade sem eles não teria alcançado tal mérito.

Agradeço a Prefeitura de Vila Velha – ES, em especial a Secretaria de Educação (SEMED), na pessoa do Prof. Emerson Giostri, Coordenador da EJA, que contribuíram para que esta pesquisa fosse efetivada.

Agradeço a todos os meus colegas de caminhada, por todos os momentos que passamos juntos, seja nos trabalhos e nas provas, por isso dividimos alegrias e dificuldades.

Por fim a minha esposa, Vanessa Zan Pereira Rabbi e ao meu filho Aquiles Zan Rabbi, que participaram na evolução de todas as minhas jornadas, meu trabalho jamais seria concretizado se não tivesse a colaboração e o estímulo deles, auxiliando-me direta e indiretamente, em cada momento de vitória e dificuldade desta pesquisa.

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta Dissertação aos meus familiares, composta por verdadeiros mestres, modelos reais de parceria, perseverança, paciência, dedicação e ética. Sem eles nada disso seria possível.*

*“Verificar a realidade nos torna apropriado de intervir nela, tarefa, incomparavelmente, mais complexa e geradora de novos conhecimentos simplesmente a de nos adaptarmos a ela.”*

Paulo Freire

## RESUMO

RABBI, Márcio Sandro Comper. A relevância da consciência ambiental na educação de jovens e adultos nas escolas públicas do Município de Vila Velha-ES. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

A Educação Ambiental é uma preocupação constante da comunidade acadêmica e das pessoas que tem estimulado a sensibilização para os assuntos referentes ao meio ambiente além de propor mudanças de atitudes e posturas benéficas ao equilíbrio ambiental. Neste sentido, os docentes desempenham papel relevante, pois cabe a eles mediar a construção do conhecimento e formar sujeitos conscientes com a questão ora pesquisada. Portanto, a presente dissertação está fundamentada na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as práticas de Educação Ambiental (EA), a percepção dos educadores e as políticas educacionais no município de Vila Velha-ES. Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral analisar as concepções e práticas utilizadas pelos professores no processo de interação entre o ensino da EJA e a Educação Ambiental no Ensino Fundamental das escolas públicas de Vila Velha-ES. A metodologia está centrada na pesquisa descritiva e exploratória, de natureza quantitativa e qualitativa. A pesquisa foi realizada em cinco escolas públicas municipais localizadas na Região V, nas quais foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos e o registro das atividades em Educação Ambiental desenvolvidas na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Os resultados revelam que a Secretaria de Educação, docentes e a comunidade escolar, estão empenhados a atenderem o sugerido nos PCNs de forma efetiva e continua a Educação Ambiental. O estudo revela que mesmo sendo tarefa complexa, as atividades inerentes a esse assunto acontecem de acordo com os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas amostradas e por meio de iniciativas dos professores. Conclui-se que a Secretaria de Educação, escolas pesquisadas, os docentes e toda a comunidade escolar estão empenhados em atenderem de forma efetiva e continua a Educação Ambiental, de acordo com as diretrizes contidas nas PPPs e PCNs.

*Palavras chave:* Educação Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Legislação.



## **ABSTRACT**

RABBI, Márcio Sandro Comper. The importance of environmental awareness in the education of young people and adults in public schools in the municipality of Vila Velha-ES. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

Environmental education is a constant concern of the academic community and the people who have encouraged awareness of the issues related to the environment and to propose changes in attitudes and postures beneficial to the environmental balance. In this sense, teachers play an important role as it is up to them to mediate the construction of knowledge and form conscious subjects with the issue now searched. Therefore, this thesis is based on the Youth and Adult Education (EJA) and environmental education practices (EA), the perception of educators and education policy in the municipality of Vila Velha-ES. Thus, this study has the general objective to analyze the concepts and practices used by teachers in the process of interaction between the teaching of adult education and environmental education in elementary education from public schools in Vila Velha-ES. The methodology is focused on descriptive and exploratory research, quantitative and qualitative nature. The survey was conducted in five public schools located in Region V, where the Pedagogical Political Projects and documentation of activities in environmental education developed in the Youth and Adult Education mode were analyzed. The results reveal that the Department of Education, teachers and the school community are committed to meet the suggested we effectively PCNs and continues to Environmental Education. The study reveals that even though complex task, the activities related to this subject take place in accordance with the Political and Pedagogical projects of the sampled schools and through initiatives of teachers. It is concluded that the Department of Education, surveyed schools, teachers and the entire school community are committed to meet effectively and continues to environmental education, according to the guidelines contained in PPPs and PCNs.

Keywords: Youth and Adult Education, Environmental Education, Legislation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Vila Velha-ES.....	48
Figura 2 - Fachada principal - UMEF Prof. Paulo César Vinha.....	54
Figura 3 - Fachada principal - UMEF Darcy Ribeiro.....	55
Figura 4 - Fachada principal - UMEF Prof. Aylton de Almeida.....	56
Figura 5 - Fachada principal - UMEF Alger Ribeiro Bossois.....	56
Figura 6 - Fachada principal - UMEF Governador Cristiano Dias Lopes Filho.....	57

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Número de Professores da UMF's da Região V do Município de Vila Velha-ES.....	58
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das informações gerais referente aos acontecimentos EA no Brasil.....	25
Quadro 2 - Síntese histórica da Educação de Jovens e Adultos.....	38
Quadro 3 - Escolas que ofertam a Modalidade EJA no Mun. de Vila Velha-ES.....	52
Quadro 4 - Regiões Administrativas do Município de Vila Velha-ES.....	53

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero.....	59
Gráfico 2 - Idade.....	61
Gráfico 3 - Local de Residência.....	62
Gráfico 4 - Formação Acadêmica.....	63
Gráfico 5 - Vínculo empregatício na escola.....	65
Gráfico 6 - Experiência em outra modalidade de ensino.....	66
Gráfico 7 - Dificuldades encontradas para desenvolver atividades educativas voltadas para o tema meio ambiente.....	67
Gráfico 8 - Planejamento de atividades na Educação Ambiental.....	68
Gráfico 9 - Incentivo da escola no desenvolvimento de atividades na Educação Ambiental.....	69
Gráfico 10 - Proposta pedagógica / Educação Ambiental.....	70
Gráfico 11 - Secretaria de Educação / Educação Ambiental.....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>EA</b>	- Educação Ambiental.
<b>EJA</b>	- Educação de Jovens e Adultos.
<b>ES</b>	- Espírito Santo.
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IDEB</b>	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
<b>IDH</b>	- Índice de Desenvolvimento Humano.
<b>LDB</b>	- Leis Diretrizes e Bases da Educação.
<b>MEC</b>	- Ministério da Educação e Cultura.
<b>MMA</b>	- Ministério do Meio Ambiente.
<b>MTE</b>	- Ministério do Trabalho e Emprego.
<b>ONU</b>	- Organização das Nações Unidas.
<b>PCN</b>	- Parâmetros Curriculares Nacionais.
<b>PMVV</b>	- Prefeitura Municipal de Vila Velha.
<b>PNEA</b>	- Política Nacional de Educação Ambiental.
<b>PNMA</b>	- Política Nacional do Meio Ambiente.
<b>RM</b>	- Região Metropolitana.
<b>SEMA</b>	- Secretaria do Meio Ambiente.
<b>SEMED</b>	- Secretaria de Educação da Prefeitura de Vila Velha.
<b>UMEF</b>	- Unidade Municipal de Ensino Fundamental.
<b>UNCED</b>	- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
<b>UNESCO</b>	- Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	21
2.1. VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	21
<b>2.1.1 Breve Histórico dos Principais Acontecimentos Sobre a Educação Ambiental no Brasil</b> .....	24
2.2. A RELEVÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO.....	26
2.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL.....	31
2.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PLANO NACIONAL.....	34
2.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EJA.....	40
2.6. A EJA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE VILA VELHA-ES.....	43
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	45
3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO.....	45
3.2. LOCAL DE ESTUDO.....	47
3.3. UNIVERSO E AMOSTRA.....	51
3.4. SUJEITO DA PESQUISA.....	57
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PESQUISADOS</b> .....	59
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERENCIAS</b> .....	77
<b>APÊNDICE</b> .....	85
<b>APÊNDICE - A - Questionário Estruturado - Professor</b> .....	86
<b>ANEXO</b> .....	89
<b>ANEXO - A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido</b> .....	90

## CAPÍTULO 1

O presente capítulo, introdutório, contextualiza a pesquisa a ser apresentada, sua problemática e expõe a justificativa para o desenvolvimento desta dissertação, além de seu objetivo.

### INTRODUÇÃO

A relação humana com o meio ambiente vem se expandindo consideravelmente ao longo da história da humanidade. A população primitiva vivia em aldeias na dependência da caça, pesca e alimentos colhidos da própria natureza. Passavam por dificuldades e desafios a fim de retirar aquilo que de melhor o ambiente lhes oferecia. No decorrer desse convívio a sabedoria ambiental era muito importante para a prorrogação da espécie humana e preservação de suas vidas. No entanto esse convívio entre o homem e o ambiente extrapolou as questões de sobrevivência. Com o crescimento da humanidade e da tecnologia, o homem passou a intervir na natureza, utilizando os *recursos naturais*<sup>1</sup>.

Em um dado momento na história essas intervenções passaram a superar a capacidade da natureza de se recompor, provocando um desequilíbrio no processo ambiental. "O crescimento desordenado da população implicou na necessidade de novas fontes em matérias primas e espaços para garantir esse desenvolvimento" (IGLESIAS, 1989 p. 54). Portanto a ideia que se tinha de viver num mundo sem controle do consumo dos recursos naturais está sendo superada, pois o homem depende desses recursos (florestas, água e reservas minerais), para sobreviver e ter qualidade de vida.

A inquietação com as transformações no meio ambiente não é atual, mas foi após a "Segunda Guerra Mundial, e mais alguns anos depois, na década de 1960, líderes governamentais perceberam a necessidade de ações com o objetivo de preservar o meio ambiente e viabilizar o futuro da humanidade" (TAUK-TORNISIELO, 1995 p. 36). Portanto diversas conferências internacionais foram concretizadas com o intuito de implementar mudanças nas práticas dos povos sobre o meio ambiente.

---

<sup>1</sup>Recursos naturais são elementos da natureza que são úteis ao homem no processo de desenvolvimento da civilização, sobrevivência e conforto da sociedade em geral. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Recurso\_natural>. Acesso em: 09 outubro 2014.



Em continuidade às discussões sobre as *problemáticas ambientais*<sup>2</sup>, realizou-se em 1975, o cumprimento à Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo, e a Conferência de Belgrado, onde foram formulados princípios e orientações para o desenvolvimento de programas voltados para a Educação Ambiental. Assim, na primeira Conferência Intergovernamental realizada em *Tbilisi*<sup>3</sup> (1977), a educação ambiental foi motivada pelo pressuposto oferecido ao conteúdo e a prática, visando a resolução de problemas relacionados ao meio ambiente, envolvendo a participação ativa e responsável da sociedade coletiva ou de cada indivíduo. Após dez anos (1987), a Conferência de Tbilisi, ocorreu em Moscou a Conferência Internacional sobre a Formação Ambiental, onde participaram vários especialistas de 94 países para debaterem as dificuldades e os progressos encontrados pelas nações no âmbito da Educação Ambiental.

Em 1992, a cidade do Rio de Janeiro/Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO 92), onde foram formulados documentos, dentre os quais pode se destacar a *Agenda 21*<sup>4</sup>. O exposto documento sintetiza propostas de ação para as nações e povos em geral, tal como estratégias para que essas práticas sejam realizadas.

Em cumprimento às recomendações da Agenda 21 e as leis constitucionais, em 1994 foi aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental, que prevê ações nos âmbitos de Educação formal e não formal, na qual forneceu subsídios para a formulação da Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999), que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, e menciona possibilidades em se trabalhar a educação ambiental, dentro de uma escolarização formal.

---

<sup>2</sup> Problemáticas ambientais são consequências diretas da intervenção humana nos diferentes ecossistemas da Terra, causando desequilíbrios no meio ambiente e comprometendo a qualidade de vida. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/wiki/Problemas\\_ambientais\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Problemas_ambientais_no_Brasil)>. Acesso em: 10 out. 14.

<sup>3</sup> Conferência de Tbilisi, como se tornou conhecida a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, celebrada em Tbilisi (de 14 a 26 de outubro de 1977, na Geórgia), organizada pela UNESCO em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), constitui um marco mais importante da Evolução da EA (DIAS, 1992, p. 61).

<sup>4</sup> Agenda 21 é um documento essencial para o plano global, nacional e local que seria adotado por todas as cidades. É um plano de ação adotado por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente (CARVALHO, 2006, p. 95).

Neste sentido, busca-se compreender a EJA, sua relação com a formação básica e o princípio de promover a inclusão social do sujeito. Partindo desse pressuposto, versa esta modalidade de ensino direcionado a formação educacional de jovens e adultos nas escolas, com o propósito de promover uma maior igualdade social, melhorar sua qualificação profissional, preparando para o exercício da cidadania e a conscientização dos recursos naturais que o meio ambiente proporciona.

No âmbito destas questões, trabalhar a Educação Ambiental na EJA é de fundamental importância no sentido de proporcionar aos indivíduos uma formação que os levem a compreender a complexidade dos problemas socioambientais, buscando um posicionamento crítico diante da realidade e atuando de forma contínua no processo de construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesse estudo, busca-se desenvolver um estudo com foco nos direcionamentos da Educação de Jovens e Adultos e Educação Ambiental, de modo a compreender as ações cotidianamente desenvolvidas nas escolas e sociedade. Portanto a temática desta pesquisa é discutir quais as concepções e práticas adotadas pelos professores no processo de interação entre a educação ambiental e o ensino da EJA no Ensino Fundamental das escolas públicas, a pesquisa foi centrada em cinco escolas localizadas na Região V do Município de *Vila Velha*<sup>5</sup>-ES, localizadas nos seguintes bairros: Cidade da Barra; São Conrado; Terra Vermelha; Morada da Barra.

Como problemática deste estudo, busca-se investigar a importância da figura do professor como mediador no processo de sensibilização ambiental, surge o questionamento: Qual a *percepção ambiental*<sup>6</sup> que os professores da EJA apresentam sobre a educação ambiental? Assim com as diretrizes estabelecidas

---

<sup>5</sup> Vila Velha é o mais antigo município do estado do Espírito Santo, Brasil. Foi fundada em 23 de Maio de 1535 com o nome de Vila do Espírito Santo pelo português Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, e foi sede da capitania até 1549, quando esta foi transferida para Vitória e o município passou a ter o nome atual. É o município mais populoso do estado (inclusive superando a capital) sendo a grande maioria da população residente na área urbana. Tem um grande porte Industrial e o maior centro comercial do Estado. O município de Vila Velha é formado por 5 distritos, são eles: Centro, Argolas, Ibes, São Torquato e Jucu. O distrito/região mais populosa é a do Centro Municipal, que compreende os principais bairros da cidade, como: Centro Empresarial, Centro Histórico da Prainha, Praia da Costa, Polo Comercial da Glória (SEMED, 2014).

<sup>6</sup> Percepção Ambiental pode ser definida como sendo a tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, é o ato de cada indivíduo, inserido no ambiente, de perceber, reagir, agir e responder a diferentes ações no e sobre o meio (XAVIER; NISHIJIMA, 2010).

pelos Regimentos Escolares, Leis e Parâmetros Curriculares tem como propostas à adequação das atividades envolvidas, para auxiliar os professores que atuam na modalidade EJA.

No entanto, a Educação Ambiental é um processo participativo de todos os membros da sociedade, onde o aluno desenvolve uma consciência ambiental e ações responsáveis, e assim possibilita interação nas questões ambientais. Nesse sentido, pretende-se promover diálogo sobre a Educação Ambiental no ambiente escolar, principalmente sobre a compreensão e importância de discutir meios em que os hábitos, geram a sensibilização com o meio ambiente, conscientizando cada indivíduo a utilizar racionalmente e com responsabilidade os recursos naturais disponíveis.

Para responder a problemática deste estudo, a pesquisa organiza-se pelo objetivo geral da seguinte forma: Analisar as concepções e práticas utilizadas pelos professores no processo de interação entre a educação ambiental e o ensino da EJA no Ensino Fundamental das escolas públicas de Vila Velha-ES.

Com mesmo enfoque, direciona-se a pesquisa por três objetivos específicos: a) Verificar como se processa a relação ensino-aprendizagem para a EJA nas escolas por meios dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), e da proposta curricular de ensino. b) Conhecer os projetos educacionais ou programas nas escolas municipais estudadas que trata das questões ambientais. c) Identificar as metodologias utilizadas pelos professores como suporte ao trabalho de educação ambiental no ensino municipal de Vila Velha-ES.

Neste contexto, entende-se que a prática da Educação Ambiental depende da articulação entre os governos: Federal, Estadual e Municipal (pela Política, Ações e Programas), quando da sociedade (por meio da consciência ambiental e atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente), tornando-se assim uma responsabilidade social.

Refletindo essas perspectivas, a pesquisa se justifica pelo fato que a aproximação entre o aluno e o professor, e o processo de ensino e aprendizagem, ter como foco a importância da Educação Ambiental na comunidade escolar. Sendo assim, a EA nas escolas, traz uma perspectiva rica para o desenvolvimento dos jovens e dos adultos, contribuindo para o processo de emancipação desses sujeitos.

A contextualização da pesquisa integra a Educação Ambiental no ensino dos jovens e adultos, servindo como suporte para o desenvolvimento local e regional.

Acredita-se que a formação escolar apropriado aos educandos na modalidade EJA, seja um fator importante para a formação humana, científica e política. E como relevância, a pesquisa está voltada às práticas utilizadas pelos docentes no processo de interação entre a educação ambiental e o ensino da EJA, produzido pelas escolas da rede municipal de ensino de Vila Velha-ES.

O estudo está dividido em 5 capítulos: no 1 capítulo traz a Introdução, Justificativa e a Problemática da pesquisa, bem como o Objetivo Geral juntamente com os Objetivos Específicos.

No capítulo 2 se faz a Revisão de Literatura. Na sequência, uma visão histórica e os principais acontecimentos sobre a EA no Brasil, tendo como enfoque a importância da consciência ambiental e a educação. Destaca-se também a educação no ensino formal apresentando a importância da interdisciplinaridade na educação, relatando os pontos positivos no desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Em seguida traz a educação de jovens e adultos no plano nacional, também é evidenciado a Educação Ambiental no contexto da EJA focando os temas de ecologia e meio ambiente e, por fim, uma contextualização da EJA e EA nas escolas de Vila Velha-ES.

Em Metodologia, capítulo 3, são descritos: o Delineamento do Estudo, Local de Estudo, Universo da Amostra e Sujeito da Pesquisa. Para dar embasamento à dissertação utilizou-se a pesquisa documental e a de campo.

No capítulo 4 temos apresentação e análise dos dados pesquisados, a partir dos questionários verificando o conhecimento dos professores na modalidade EJA, sobre os assuntos ambientais, assim como a participação no currículo da escola.

No capítulo 5 temos as Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexo.

No direcionamento metodológico, pela pesquisa bibliográfica, buscaram-se também informações em revistas eletrônicas, teses e obras escritas por autores ligados a história da educação e análise das leis sobre Educação Ambiental, focando suas tendências no ensino da educação formal na modalidade EJA.

Com disponibilidade e apoio principalmente da Secretaria de Educação e escolas municipais, obteve-se informações importantes para dar sustentação a pesquisa.

A aplicação dos questionários realizada no segundo semestre de 2014, contou com a participação dos professores que atuam na modalidade EJA na rede municipal de ensino. Para o prosseguimento da pesquisa de campo seguiu-se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido fornecido pela Instituição de Ensino, e finalizando, apresentam as referências, apêndice e anexo utilizados nesta dissertação.

## CAPÍTULO 2

### 2. REVISÃO DE LITERATURA

#### 2.1. VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A afinidade do homem com a natureza começou sem grandes interferências nos ecossistemas. Hoje, com o avanço do consumismo descontrolado, o meio ambiente sofre os efeitos. Atualmente são comuns a devastação das florestas, contaminação dos fluxos de água e a poluição atmosférica, além de variadas formas de agressão ao meio ambiente. Com o desenvolvimento tecnológico, a humanidade se afirmou como possuidora inquestionável do meio ambiente, assim na busca do desenvolvimento não se refletiu nos impactos que os recursos naturais iriam sofrer. Diante desses fatos a humanidade vem propondo mudanças no comportamento do homem em relação à natureza, tendendo para um desenvolvimento sustentável. Neste contexto, torna-se necessária assegurar uma gestão responsável dos recursos do mundo de forma a preservar os interesses das gerações futuras criando condições onde a humanidade se aperfeiçoe como sociedade-mundo, composta por cidadãos protagonista, conscientes e criticamente comprometidos com a construção de uma civilização planetária. (MORIN<sup>7</sup>, 2003).

Acredita-se que a Educação seja um importante instrumento para reverter esse cenário, porque permite a concepção na natureza complexa com o meio ambiente e o reconhecimento das inter-relações entre os seus diversos elementos, com vistas à utilização racional dos recursos naturais.

Segundo Dias (1994), desde sua colonização o Brasil vem passando por um processo de degradação de seus patrimônios naturais. Diante desta situação que a cada dia se agrava, o autor menciona que:

Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, o solo, a água, a fauna e a flora e, especialmente, parcelas representativas do meio dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cauteloso planejamento ou administração adequados (DIAS, 1994, p. 267).

---

<sup>7</sup> Edgar Morin, o principal referencial teórico para a crítica da racionalidade moderna, é um dos mais importantes pensadores franceses de atualidade. O autor relata que "a complexidade" é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações e interações (MORIN, 2003, p. 35).

O autor ainda alerta que a utilização racional dos recursos naturais é imprescindível, de modo atender as necessidades das gerações atuais e a preservar os interesses das gerações futuras tornando aliadas a conservação do meio ambiente e as práticas econômicas incluído novas atitudes e conscientização da população para que haja melhoras evidentes à qualidade de vidas das gerações.

Assim conforme os efeitos negativos mais graves foram acontecendo em várias partes de planeta, como a contaminação da água e solo, degradação da fauna/flora e desmatamento das florestas, é que surgiram os primeiros movimentos e manifestações para refletirem sobre a ameaça que a humanidade percorre ao afetar de forma tanto violenta o seu meio ambiente (BRASIL, 1997).

Nas décadas de 1960 e 1970 ocorreram vários eventos relacionados com os problemas ambientais, evidenciando um aumento na tomada da consciência ecológica: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo/Suécia em 1972, a proliferação das Organizações não governamentais (ONGs), com movimentos sociais e ecologistas no mundo. No Brasil o *Movimento Ecológico*<sup>8</sup> iniciou idealisticamente, por volta de 1974, desde do Rio Grande do Sul até a Amazônia, levando adoção de tomada de medidas de defesas dos diversos recursos naturais. De acordo com Dias (1992), em 1973, o Brasil por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (*SEMA*)<sup>9</sup>, foi o principal passo para o processo institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro.

Assim no ano de 1991, o Protocolo que norteia as premissas básicas da Educação Ambiental ainda não tinha chegado ao governo brasileiro. Portanto na década de 90, mais especificamente em 1992, organizou-se no Rio Janeiro/Brasil a Unced 92, conhecida como ECO 92 OU *RIO 92*<sup>10</sup>, onde foi realizado o I Fórum de EA, organizado por várias instituições e órgãos oficiais e não governamentais com a finalidade de originar princípios sobre a educação Ambiental.

---

<sup>8</sup> Movimento ecológico consiste em diferentes correntes de pensamento de um movimento social, que tem na defesa do meio ambiente sua principal preocupação. Disponível em: <[pt.metapedia.org/wiki/Ambientalismo](http://pt.metapedia.org/wiki/Ambientalismo)>. Acesso em: 09 jul 2014.

<sup>9</sup> SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente foi responsável pela sensibilização, inicial da sociedade para as questões ambientais e capacitação dos recursos humanos (DIAS, 1994, p. 80).

<sup>10</sup> A Rio-92 reforça as premissas de Tbilisi e através da Agenda 21, Seção IV, Cap.4, definiu as áreas de programas para a EA (DIAS, 1994, p. 54).

Contudo a Educação Ambiental no Brasil via Constituição Federal se tornou Lei Brasileira aprovada em 27 de Abril de 1999. Baseada na Constituição, na lei 9.795 a E.A pode ser assim entendida como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, art.01,1999).

Entretanto na interpretação de Guimarães (1995, p. 15), a Educação Ambiental:

[...] vem sendo definida de modo eminente interdisciplinar orientada para a resolução de problemas sociais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora de cidadania.

Ainda conforme Guimarães (1995), a EA é transformadora de atitudes e valores por meio da construção de novos conhecimentos e hábitos, criadora de uma nova ética, conscientizadora e sensibilizadora para as relações integradas ser humano/natureza/sociedade, objetivando o equilíbrio global, como forma de aquisição da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida.

Desta forma, a Educação Ambiental procura maneiras de se resgatar valores éticos, humanistas e democráticos, no intuito de promover a transformação entre a natureza e sociedade visando a distribuição de recursos entre todos. Conforme expressa Lozano e Mucci (2005, p. 133), os pressupostos da Educação Ambiental [...] atendem às obrigações educativas conjunturais, não se limitando apenas ao âmbito escolar, porque possui capacidade para mobilizar a comunidade e proporcionar a participação, para a construção de uma sociedade sustentável.

Nesse contexto, a educação pode acontecer dentro da comunidade escolar ou fora dela, evidenciando a necessidade de contextualização dos conceitos sistematizados, integrando-os a um novo exercício do conhecimento, contemplado principalmente a renovação dos currículos escolares. (VIANA E OLIVEIRA, 2006).

Portanto, segundo Reigota (2006), a expectativa era se Educação Ambiental deveria ser ou não uma disciplina a mais no currículo escolar. Nesta linha de raciocínio a resposta do Conselho Nacional foi negativa, assumindo a posição



dos ambientalistas brasileiros da época, que consideravam a Educação Ambiental numa perspectiva de educação que deveria interagir com todas as disciplinas.

Mas até meados da década de 1990, o Brasil ainda não possuía uma política definida para inserir a Educação Ambiental nos currículos, só a partir de então o Ministério Educação e Cultura (MEC), promoveu capacitação para apoiar a ação de professores quanto o assunto, e no ano de 1999, é que foi promulgada a lei que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). ao qual traz no seu artigo 2º, o seguinte entendimento de educação ambiental:

A educação ambiental é um componente permanente e essencial da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999, Art. 2).

Uma vez que a Lei da "Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA", foi promulgada a Educação Ambiental sucedeu a implementação em todas as modalidades de ensino formal garantido pela Constituição Federal, e reforçando esse reconhecimento atribuído à EA. Como se pode verificar, através dos acontecimentos internacionais e nacionais houve um progresso da Educação Ambiental no Brasil, por meio de um trabalho contínuo ligado ao processo de transformação e valorização do conceito de meio ambiente, focado ao conceito de natureza e para a preservação dos recursos naturais.

### **2.1.1. Breve Histórico dos Principais Acontecimentos Sobre a Educação Ambiental no Brasil**

Os conceitos a respeito da Educação Ambiental no Brasil se difundiram, em uma maior extensão, apenas na década de 1980, quando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 colocou como competência do poder público proporcionar a educação ambiental em todas as áreas de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente (TELLES et al., 2002). A partir daí, importantes acontecimentos relacionados à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável foram realizados e alguns acontecimentos se tornaram um marco histórico na Educação Ambiental no Brasil.

Neste contexto Carvalho (2004), complementa informando que "[...] as principais Políticas Públicas para a EA no Brasil desde os anos 70". Portanto o quadro 1, condensa alguns dados a cerca dos principais acontecimentos sobre a Educação Ambiental no Brasil.

Quadro 1 - Síntese das informações gerais referente aos acontecimentos EA no Brasil.

Ano	Principais acontecimentos EA no Brasil
1973	Criação da (SEMA), Secretaria Especial do Meio Ambiente.
1988	Inserção da Educação Ambiental como direito de todos e obrigação do Estado no inciso VI do artigo 225 da Constituição Federal.
1989	Criação do Fundo Nacional de Meio Ambiente através da Lei nº 7797.
1992	Criação dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).
1994	Criação do (Pronea) Programa Nacional de Educação Ambiental.
1997	Elaboração dos (PCNs) Parâmetros Curriculares Nacionais definidos pela Secretária de Ensino Fundamental, em que "meio ambiente" é incluído como um dos temas transversais.
1999	Aprovação da Política Nacional de EA pela Lei 9.795.
2001	Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.
2002	Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795) pelo Decreto 4.281.
2003	Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Fonte: Carvalho, 2004, p. 37.

Frente as políticas públicas apresentadas no Quadro 1, verifica-se que com a aprovação da Lei nº. 9.795, se instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, oportunizando expectativas, em especial aos professores e ambientalistas, que prontamente ministrava a temática ambiental. Ao longo dos principais eventos sobre a Educação Ambiental no Brasil, as leis passaram a ser obrigatórias, depois da regulamentação pelo Poder Executivo, por meio dos decretos que tem a função de apresentar as competências, conceitos definidos pelas leis.

Em 1997 ocorre a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) definidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o documento foi apresentado a Secretária de Ensino Fundamental em que "meio ambiente" é incluído como um dos temas transversais, determinando que esses temas fossem trabalhados por todas as disciplinas sendo: Meio Ambiente, Ética, Saúde, Orientação Sexual, Cidadania, Consumo e Pluralidade Cultural e ficando a cargo

das comunidades e escolas indicarem outros temas pertinentes a qualidade de vida local.

Portanto a educação ambiental se constitui ao processo educacional como um "tema transversal que abrange conteúdos, aquisição de competências e formação de conceitos para agir na realidade de forma transformadora" com a finalidade de provocar a sensibilidade, consciência e compreensão crítica dos assuntos ambientais decorrentes do uso pelas sociedades humanas. Neste sentido, pode-se ressaltar que a Educação Ambiental está atualmente no interior das escolas como processo educacional em todas as exigências de formação e disciplinas do currículo, pois, independe de datas comemorativas, o intuito é de trabalhar as competências e transformar educandos, educadores e sociedade, contribuindo na construção do conhecimento envolvendo diversas áreas, e na formação de cidadãos críticos preocupados com as relações ambientais (SANTA CATARINA, 1998).

Pode-se perceber que a questão ambiental brasileira é bastante ampla, sendo necessárias várias intensificações das ações voltadas para o meio ambiente e sua preservação. Acredita-se que apesar das diferentes percepções sobre a Educação Ambiental, todos convergem para um ponto comum, que é a conscientização ambiental, a fim de promover uma interação entre o ser humano e o seu meio.

## 2.2. A RELEVÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO

Acredita-se que a educação seja uma ferramenta capaz de proporcionar ao ser humano mudanças de posturas relacionadas ao ambiente em que vivem, propiciando oportunidade de conhecimento e transformações tendo uma outra visão no mundo no qual está inserido.

Conforme o autor Morin (2003):

A educação deve contribuir para a autoafirmação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua responsabilidade e solidariedade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional (MORIN, 2003, p. 65).

Assim a sociedade, ao participar de forma direta na construção da cidadania, tem realizado uma importante atitude para o estabelecimento de uma nova ordem democrática. Segundo Brandão (1985, p. 75), "[...] a sociedade está fundada sob códigos sociais de inter-relação entre seus membros e entre eles e os de outra sociedade". Neste sentido, a escola desempenha um papel de articulador com a sociedade tornando possível a realização da cidadania através da educação.

Na opinião de Libâneo (1994, p.17), o objetivo da educação é o de "[...] prover os sujeitos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades políticas, econômicas e sociais da coletividade".

A Educação, seja formal ou informal, busca repassar e proporcionar aos indivíduos comportamentos e conhecimentos que os tornem capazes de atuarem em todos os setores da sociedade. Portanto a Educação formal é aquela que ocorre na escola mediante ao conhecimento do professor e que tem os objetivos relativos a aprendizagem e ao ensino de conteúdos historicamente sistematizado, regimentados por leis, enquanto que a Educação informal ocorre na igreja, família, no bairro e com amigos, ou seja, pelo convívio com grupos sociais, os quais são carregados de culturas e valores herdadas historicamente e que através dessas interações são repassados de geração em geração. Tem o objetivo se socializar, desenvolvendo neles, hábito, desenvolver modos de agir e pensar frente aos obstáculos enfrentados na vida (GOHN, 2006).

Acredita-se, que a escola é a maior instituição social que atua na construção do conhecimento, tendo como agente formador todos os envolvidos no processo da educação formal, por outro lado, na educação informal, o agente são os amigos, vizinhos e a família em geral, portanto a escola é uma das instituições que promove e articula a aproximação do cidadão com o mundo.

Ainda conforme Libâneo *et al*, (2007, p. 118), "[...] a educação deve se percebida como fator que possibilita a realização da cidadania, com padrões de qualidade do produto e da oferta, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social".

Contudo, uma das possibilidades do desempenho na educação e batalharmos por uma Educação Ambiental teórica e prática nas escolas através do trabalho coletivo e interdisciplinar. Portanto os autores supracitados, nos fazem refletir, que a questão ambiental representa aproximadamente uma síntese dos impasses que o atual modelo de civilização acarreta. E que a superação dos problemas exigirá modificações profundas na concepção de mundo, de natureza, poder e bem-estar, tendo por base novos valores sociais e individuais.

Assim na visão de Reigota (2002):

A tendência da Educação Ambiental é tornar-se não só uma prática educativa, ou uma disciplina a mais no currículo, mas sim consolidar-se como uma filosofia de educação, presente em todas as disciplinas existentes e possibilitar uma concepção mais ampla do papel da escola no contexto local e planetário contemporâneo (REIGOTA 2002, p. 79-80).

Diante deste contexto, verifica-se que surgiram em todo o mundo argumentações sobre a Educação Ambiental, e tais argumentações vêm conquistando lugar com o passar dos anos, e um desses espaços é a escola. Porém, a escola deve oportunizar uma educação que viabilize uma mudança de comportamento de pessoas, o envolvimento da população é fundamental nesse processo, haja vista a promoção de uma melhoria ambiental, a qual favorece a própria população. A interdisciplinaridade faz-se essencial para esse trabalho de conscientização ambiental (BRANCO, 2003).

Observa-se, portanto no contexto da educação escolar, a inserção da Educação Ambiental como é um processo de reconhecimento de conceitos e valores, objetivando o desenvolvimento das habilidades e transformando as atitudes em relação ao meio, para alcançar e apreciar as inter-relações entre os seres humanos. É justamente por isso que Cascino (2003, p. 69) afirma a ação interdisciplinar estabelecerá, junto das práticas docentes e de desenvolvimento do trabalho pedagógico, a transmissão e reconstrução dos conteúdos disciplinares.

Além disso, na prática pedagógica os princípios pedagógicos que estruturam as áreas de conhecimento evidencia-se como essencial, a interdisciplinaridade. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas escolares resultam de recortes e seleções arbitrários, historicamente constituídos, expressões de interesses e relações de poder que ressaltam, ocultam ou negam saberes (BRASIL, 2002, p. 88).

Observa-se que a Educação Ambiental vem ganhando uma grande importância no mundo, sendo hoje incluída aos currículos escolares buscando desenvolver práticas pedagógicas favoráveis ao ambiente. Assim, a interdisciplinaridade convém como um principal complemento no conhecimento escolar transmitindo como uma nova dinâmica na metodologia aplicada. Segundo os Parâmetros Curriculares (2002, p. 88-89):

[...] É importante destacar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, mudar, intervir, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários.

Ainda de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a interdisciplinaridade constituem-se como auxílio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo, atitudes, procedimentos e valores no convívio escolar, e a necessidade de abordar alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, pluralidade cultural, ética, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e as comunidades elegerem outros de importância relevantes para sua realidade.

Nota-se que o Currículo é considerado como um conjunto de vivências, atividades e experiências no ambiente escolar, voltadas para finalidades educacionais, por isso a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma inter e transdisciplinar por forma a promover o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

De acordo com Menezes e Santos (2002, p. 33), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), instrui sobre temas transversais: São temas que estão voltados para a edificação e compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida coletiva e pessoal e com a afirmação do princípio da participação política.

Nesse cenário apresentado, a Educação Ambiental tem por objetivo a busca do conhecimento interligado a todas as áreas para a solução dos problemas ambientais. Portanto no Brasil os PCNs abordam a transdisciplinaridade na transversalidade, propondo a inserção dos temas transversais a serem trabalhados nos currículos escolares.

Ainda esclarece Menezes e Santos (2002). Isso significa:

[...] que a EA, devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 33).

Partindo desse pressuposto, os temas transversais são trabalhados dentro do ponto de vista interdisciplinar, superando a visão fragmentada dos conteúdos, admitindo a colaboração das várias ciências para o estudo de determinados temas que orientem as atividades pedagógicas, respeitando a especialidade de cada área do conhecimento Fazenda (2004).

No entanto, devido a transversalidade do assunto Meio Ambiente, a Educação Ambiental no ensino formal, não é compromisso específico de uma disciplina. Ela precisa estar presente nos diversos conteúdos distribuídos no currículo, como forma de demonstrar empenho de todas as disciplinas para a sustentabilidade ambiental (BRASIL, 1997).

Nesse sentido, pode-se destacar que a escola, tem contribuído para a inserção de práticas mais comuns em direção a interdisciplinaridade na tentativa de se adequar às novas perspectivas curriculares do Ministério de Educação, levando-nos a uma necessidade constante pela busca de conhecimentos envolvendo as questões ambientais na educação, na qual precisa da participação de todos no processo de sua construção e execução, tendo os educandos como sujeitos do processo.

Acredita-se que a interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente enquanto a transversalidade promove uma compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, abrindo espaço para inclusão de novos saberes na formação do aluno, a interdisciplinaridade é compreendida como uma ligação para melhor entendimento das disciplinas entre si, visando garantir a construção do

conhecimento. Assim todas as disciplinas podem e devem interagir entre si contribuindo para a temática ambiental.

### 2.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL

A educação ambiental formal é aquela que ocorre em ambientes escolares ou de ações decorridas de proposta pedagógicas escolares, é um componente indispensável para a conscientização do aluno no convívio escolar acerca dos problemas ambientais e para o desenvolvimento de execução de práticas e propostas de Educação Ambiental. Essas primeiras sugestões começaram a surgir simplesmente na década de 70, após a Conferência de Tbilisi, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) em parceria com órgãos estaduais publicaram o documento "*Ecologia: um parecer para o Ensino de 1º e 2º graus*", quando surgiram os primeiros materiais didáticos com objetivo de subsidiar as práticas pedagógicas em consideração a Educação Ambiental (BRASIL, 2009).

Portanto a Lei nº 6.938/81 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), veio dar sustentação a inserção das práticas Pedagógicas e em seu artigo 2º, propõe que:

"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana" (BRASIL, 1999, Art 2º).

E no seu décimo parágrafo afirma que a "A Educação Ambiental em todos os planos de ensino, inclusive na educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do Meio Ambiente" (BRASIL,1999).

De acordo com Floriano (2006, p. 10), "[...] o MEC, determinou através da Portaria 678/91, que a educação escolar passasse a contemplar a Educação Ambiental, permeando todo o currículo dos diversos níveis e modalidade de ensino, enfatizando a necessidade de investir na capacitação dos professores".

Ainda conforme Floriano (2004, p. 5), adicionalmente, determina pela Portaria 2421/91, em caráter definitivo, um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental com objetivo de definir com as Secretarias Estaduais de Educação, metas



e estratégias para implantação da EA no país e elaborar a proposta de atuação do Ministério da Educação e Cultura na área da educação formal e não formal.

Assim conforme o Artigo 2º da Lei 9.795 da legislação sobre EA dispõe que ela "[...] é um componente permanente e essencial da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal" (BRASIL, 1999, Art. 2).

Segundo a visão de Gadotti (2005, p. 2):

A Educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como currículo. [...] A Educação não formal é mais difusa, menos hierarquia e menos burocrática [...] trata-se de um conceito amplo, muito associado ao conceito cultura. Daí ela está ligada fortemente a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadão e à participação em atividades coletivas, sejam adultos ou crianças.

Portanto, conforme Araujo (2010, p. 21), baseado na Lei 9.795, a Educação Ambiental formal refere-se à educação escolar e é entendida, como aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privados e engloba desde a educação fundamental a educação de jovens e adultos. Por outro lado, a educação ambiental não formal satisfaz, como visto no Artigo 13: "[...] as ações e práticas educativas voltadas a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização e participação na conservação da qualidade do meio ambiente".

Nesta concepção, a introdução da educação como uma das bases na busca de uma nova racionalidade ambiental se faz, oficialmente, a partir do andamento em que, buscando definir uma base nacional comumente na educação brasileira, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lança em 1997 o documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um guia curricular organizado em disciplinas e por ciclos para o ensino fundamental (CORRÊA, ECHEVERRIA e OLIVEIRA, 2006).

De acordo com os PCNs, a Educação Ambiente precisa contemplar todas as idades e ocorrer dentro e fora das comunidades escolares e estudar as questões ambientais no contexto local, tendo como ponto de vista a

interdisciplinaridade (BRASIL, 1997). Dessa forma os autores Corrêa, Echeverria e Oliveira (2006) afirmam que:

Os PCNs propõem a conservação das disciplinas consideradas essenciais para o conhecimento dos saberes acumulados socialmente e implantam questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas de maneira transversalizada como a saúde, a violência, o uso dos recursos naturais e os preconceitos. Esta abordagem foi argumento devido à complexidade específica a esses temas que faz com que nenhuma das áreas disciplinares, isoladamente, seja suficiente para abordá-los (BRASIL, 1997, p. 23).

Nesta abrangência, o capítulo 36, da Agenda 21, relata sobre o ensino, da conscientização e do treinamento voltado para a capacitação de profissionais promovendo no que se refere à satisfação das necessidades básicas e fortalecimento institucional, afirma que tanto a educação formal como a educação informal, é fundamental para contribuir na formação cidadãos conscientes. Portanto para que a Educação Ambiental atinja seus objetivos devem ser considerados: "[...] propiciar aos educadores formação continuada aplicando estratégias de EA no meio formal e disponibilizar aos alunos uma formação sólida ligado a participação e envolvimento nas práticas de Educação Ambiental". Assim, tem-se de acordo com a UNESCO<sup>11</sup> (1999), que:

[...] uma das metas básicas da EA é conseguir que as comunidades e as pessoas compreendam o caráter complexo do ambiente natural e artificial, resultante da inter-relação de seus aspectos biológicos, sociais, físicos, culturais e econômicos e adquirir o conhecimento, as atitudes, os valores e aptidões práticas que permitam participar, de forma responsável e eficaz, no trabalho de prever e de resolver problemas ambientais e de uma gestão qualitativamente apropriada ao meio ambiente (UNESCO, 1999, p. 56).

Além disso, por meio da educação formal como a não formal, a Educação Ambiental é uma das principais ferramentas voltadas para conscientizar as pessoas sobre as responsabilidades em relação as suas atitudes com o ambiente onde vivem, pois facilita um olhar da realidade com meio ambiente envolvendo teoria e prática, visando buscar a construção de novos conhecimentos com a intenção de que estas adquiram a competência e habilidades de perceber os problemas vivenciados no ambiente escolar.

---

<sup>11</sup> UNESCO fundou-se a 16 de Novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações (WIKIPÉDIA, 2014).

Neste contexto Brandão (1985, p. 26) complementa informando que:

"[...] o ensino formal é o movimento em que a educação se sujeita à pedagogia, cria situações próprias para o seu exercício, estabelece suas regras e tempos, produz seu próprios métodos e tempos, e constitui executores especializados, é quando aparecem a escola, professor e o aluno".

Entretanto, de acordo com Afonso (1989, p. 79) comparando a educação formal com a não formal, apresenta um dos supostos básicos da educação não formal é que a conhecimento se da por meio da prática social, onde a produção de conhecimento e a experiência das pessoas em atividades coletivas ocorre não pela assimilação de conteúdos previamente estruturados, mas por meio da experiência de certas situações-problemas.

Neste sentido, acredita-se que assim como na metodologia da educação formal como no não formal, a Educação Ambiental é uma dos principais instrumentos voltados para a solução de problemas associado ao meio ambiente, pois facilita uma visão da realidade como um sistema dinâmico, onde as ligações entre desenvolvimento e meio-ambiente, prática e teoria, ação e pensamento, são devidamente explicitados e percebidos, visando modificar o caráter das pessoas, e favorecer que estas adquiram a capacidade de avaliar as dificuldades vivenciados no meio que vivem.

#### 2.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PLANO NACIONAL

Neste tópico, apresenta-se alguns momentos históricos que são relevantes sobre o desenvolvimento da EJA em nosso país. Na época do Brasil Colônia, a educação jovens e adultos era voltada para a doutrinação religiosa, tendo caráter mais religioso do que educacional, onde os jesuítas exerciam uma ação educativa, destinados aos indígenas e brancos adultos, estudos estes inseridos as primeiras noções da religião católica. Nesta época a inserção da educação era considerada tarefa da Igreja e não do Estado.

De acordo com Moura (2004, p. 26), a educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em domínio dos jesuítas que fundaram colégios nos quais eram desenvolvidas uma educação cujo objetivo principal era formar uma elite religiosa. Cunha (1999),

concorda:

No Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade, o que acabava por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país (CUNHA, 1999, p. 1).

Neste período da história, a educação de adultos estava voltada apenas como meio de educar e catequizar de acordo com os princípios dos colonizadores portugueses, para instrumentalizar os adultos e adolescentes a ler e a escrever para servir os interesses das autoridades. Moura (2004, p. 26) cita que,

Foi a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com características das que bem distinguiram a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período republicano, sem ter suportado, em suas bases, qualquer alteração estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, chegando as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.

Portanto, com a saída forçada dos jesuítas em 1759 pelo marquês de Pombal, eles deixam várias escolas instaladas em várias cidades, e chega ao Brasil a família real. Todo o panorama educacional brasileiro foi adaptado de acordo com os interesses do estado em favor da aristocracia portuguesa.

Com relação à EJA nos períodos Colonial e Imperial, Moura (2004, p. 27) esclarece que:

[...] toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita mudança de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos falar que a escola pública no Brasil teve início com Pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombaliana, mesmo porque a educação elementar era privilégio, de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior.

No sentido desta colocação, pode-se resaltar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) começa a se expandir no Período Colonial, ocasião em que os jesuítas exerciam uma ação educativa, com os adultos, estudos estes que eram baseados nas primeiras noções da religião católica. Neste período a educação era considerada função da Igreja e não do Estado.

Entretanto, no Período Imperial a educação volta-se para a criação de cursos superiores, devido a chegada da família real no Brasil, afim de satisfazer aos

interesses da elite monárquica, observa-se que neste período, ocorreram poucos avanços no ensino pelos jovens e adultos.

Laffin (2011, p. 180) analisa isso muito bem quando nos relata dizendo que a condição do sujeito adulto está marcada pela história, cultura, sua constituição familiar e inserção ou não no mundo do trabalho.

Condições essas, que de certa forma, também se traduzem, assim como no jovem, na sua realidade e localiza as suas diferentes situações de classe, etnia, raça, gênero, nível de escolaridade. O autor ressalta que ao descrever sobre tais fatores, nos remete ao passado, e nos faz entender que a condição de vida que esse sujeito vive no presente, está condicionada a educação que lhe foi ofertada proporcionando suprir essas deficiências.

E segundo Laffin (2011, p. 66), afirma que:

Desse modo a EJA é entendida como dívida social, um direito negado em determinado momento histórico a jovens e adultos e adultos, e os poderes públicos são chamados a buscar formas de recompor esse direito através da legislação. Atender jovens e adultos não mais com campanhas ou programas, mas com propostas apropriadas e de acordo com as necessidades desses sujeitos históricos.

Apesar disso, o autor nos faz refletir, sobre as propostas apropriadas para atender as necessidades desses sujeitos. No sentido desta colocação, pode-se ressaltar que a educação pode configurar-se na trajetória para emancipação desses sujeitos tornando um cidadão mais reflexivo e crítico, buscando a melhoria de sua qualidade de vida. Nessa perspectiva, ARROYO (2006, p. 31), salienta que:

A Educação de Jovens e Adultos sempre surge vinculada a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo com sujeitos de direitos. Foi sempre um dos campos da Educação mais politizados, o que foi possível por seu um campo aberto, não fechado e nem burocrático, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo.

Porém, no Brasil, a legislação que orienta a Educação de Jovens e Adultos que considera estes aspectos de inclusão destes sujeitos como indivíduos atuantes da sociedade, está amparada na Lei n.º 9.394 de 1996, que rege as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira:

Art. 1º. dispõe que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996).

Art. 37º dispõe que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (LDB, 1996).

Assim, considerando a EJA como direito constitucional posto como uma extensão que se inclui com a política, com o Estado, a educação é um instrumento de buscar a emancipação dos cidadãos sendo capazes de propor soluções para as diversas situações problemas contribuindo efetivamente na construção de uma sociedade sensata. Portanto já aparecia na Constituição de 1934, a necessidade de oferecer educação aos jovens e adultos. Porém, só se constituiu como política educacional a partir dos anos 40, que a educação de jovens e adultos se delineou:

As ideias, as leis e as iniciativas que se consolidam [...] [configuram] uma situação inteiramente nova. Até então, registravam-se alguns esforços locais, [...] mas, na década de 40, cogita-se uma educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos do país (BEISIEGEL, 1982, p. 177).

No entanto, verifica-se que as políticas educacionais a partir da década 40 estavam voltadas com a finalidade de promover a educação aos jovens e adultos, e buscando oferecer aos professores da Educação de Jovens e Adultos subsídios metodológicos e teóricos que os auxiliem nos desafios da escola no seu dia-a-dia. No sentido desta colocação:

A escola pode ter um desempenho inovador nesta área, se souber como relacionar as partes com o todo, definindo e desenvolvendo conteúdos, métodos e objetivos, além de investir no potencial e nas necessidades dos alunos, de suas famílias e das comunidades nas quais estão inseridos. (CARNIATTO, HOEPERS E HOEPERS, 2014, p. 217).

Contudo, a Educação é um direito fundamental e universal de todo ser humano. Em nossa sociedade contemporânea, para fazer valer este direito é indispensável a constante cobrança, a influencia dos setores organizados da sociedade civil para que o Estado cumpra este dever.

Portanto o histórico da EJA no Brasil decorre a trajetória do próprio crescimento da educação e vem institucionalizando-se desde a alfabetização,

catequização dos indígenas e a transmissão da língua portuguesa (PAIVA, 1987). O quadro 2, mostra a síntese histórica da Educação de Jovens e Adultos representada de uma forma mais resumida para melhor compreendermos.

Quadro 2 - Síntese histórica da Educação de Jovens e Adultos.

Década 30	A educação de adultos começa a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil.
Década 40	Ampliação da educação básica, inclusive da educação de jovens e adultos. Nesse momento, a educação de adultos toma a forma de Campanha Nacional de Massa.
Década 50	A campanha acabou antes do final da década. As críticas eram conduzidas tanto às suas deficiências administrativas e financeiras, quando a orientação pedagógica.
Década 60	O pensamento de Paulo Freire, assim como sua sugestão para alfabetização, lidera os principais programas de alfabetização do país.
Ano de 1964	Aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização.
Ano de 1967	O governo assume o domínio dos programas de alfabetização de adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).
Ano de 1969	Campanha Massiva de Alfabetização.
Década 70	O MOBRAL expandiu-se por todo território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram desse programa de Educação Integrada, sendo uma forma condensada do antigo primário. Lei 5692/71.
Década 80	Emergências dos movimentos sociais e começo da abertura política. Os projetos de alfabetização se ampliaram em turmas de pós-alfabetização.
Ano de 1985	Desacreditado, o MOBRAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, tecnicamente e financeiramente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas.
Década 90	Extinção de Fundação Educar criou-se um enorme vazio na educação de jovens e adultos.
Ano de 1990	Acontece na Tailândia/Jomtiem, a Conferência Mundial de Educação para todos, onde foram constituídas diretrizes planetárias para educação de crianças, jovens e adultos.
Ano de 1996	A lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96 dedica dois artigos (art.37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a gratuidade e a obrigatoriedade da oferta da educação para todos que não tiveram ingresso na idade própria.
Ano de 1997	Realizou-se na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO. Essa Conferência representou um marco, na medida em que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento.
Ano de 2000	Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Janil Cury, é aprovado o parecer CEB/CNE nº. 11q2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução CNE/CEB nº. 01/200.

Fonte: MEC Ministério da Educação, 2002.

Observa-se que os movimentos sociais tem sido de grande significado pela construção de espaços de resistência que envolve, sobretudo, a concepção da

educação popular no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Para tanto, analisando o quadro 2, a partir da década de 1930, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser incluída na emenda das reivindicações educacionais, em função de um modelo industrial emergente exigindo uma nova qualificação da mão-de-obra para a indústria.

Nas décadas de 1940 e 1950, a ampliação da educação básica, em função da obrigação de ampliar o número de bases eleitorais, fomentou-se a Campanha de Educação de Jovens e Adultos, em que se antecipava a alfabetização em três meses, num curto espaço de tempo, foram instituídas várias Escolas Supletivas. No período compreendido de 1960 a 1980, multiplicaram-se os programas de Educação Popular e Alfabetização, norteados pelos conceitos de Paulo Freire, ocorreu o lançamento do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), ficando em vigor até a década de 1980.

Na década de 1990, registra-se uma desaceleração a esse movimento de alfabetização devido a extinção da Fundação Educar em relação aos materiais didáticos, recursos e pesquisas sobre a EJA, impossibilitando a continuação dos programas municipais e estaduais. No entanto, a Constituição Federal de 1988, deu direito ao acesso no Ensino Fundamental para todos, inclusive colocando a EJA no mesmo patamar dos demais níveis de ensino.

E a partir do ano 2000, foi aprovado a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), que dá o direito de todos ao ensino Fundamental. Neste momento, destaca-se como precursor da Educação de Jovens e Adultos, uma educação popular que venha atender as necessidades e apropriação do conhecimento, dando uma preparação técnica profissional, mas também a formação de indivíduos críticos e conscientes respeitando e garantindo a convívio deste indivíduo na sociedade letrada.

A seguir veremos no decorrer da história desta modalidade de ensino (EJA), um pouco sobre sua legislação que a institucionalizou. A Constituição Federal de 1988 (2001, Art. 208, par. I), diz que "[...] O ensino fundamental é obrigatório e gratuito, sendo assegurada, mesmo que sua oferta gratuita para todas as pessoas que não tiveram ascensão na idade própria".



Ainda conforme a Legislação supracitada, o parágrafo VI deste mesmo artigo esclarece sobre a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições deste educando. Portanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. "[...] a educação escolar deverá vincular-se no mundo de trabalho e às práticas sociais. A lei de diretrizes e Bases da educação, também abrange e regulamenta a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2002, art.1º).

O artigo 5º da LDB 9.394/1996 confirma o direito público subjetivo e menciona no parágrafo 3º que qualquer cidadão tem legitimidade para peticionar o Poder Judiciário exigindo o cumprimento legal desse direito e determina ainda competências para os Estados e Municípios, num regime de colaboração, e sob a assistência da União. O recenseamento da população em idade escolar para o ensino fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso é uma dessas competências (BRASIL, 1996). Ainda sugere a obrigação da existência de uma política educacional para a EJA que garanta o acesso, independentemente da escolarização anterior. No entanto o artigo 37 da LDB indica que a educação de jovens e adultos deverá ser destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (Brasil, 1996).

Acredita-se que por meio da Lei de Diretrizes da Educação a educação escolar terá um direcionamento mais embasado na promoção da alfabetização. Portanto nesse processo construção do conhecimento, através do diálogo, a ação do estudante, leva-o a assumir-se como sujeito da aprendizagem, refletindo e transformando a sociedade.

## 2.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EJA

Nas últimas décadas, vêm se fortalecendo as preocupações inerentes à temática ambiental, respectivamente, as iniciativas da sociedade para o desenvolvimento de projetos e atividades no intuito de educar as comunidades, procurando sensibilizá-las para as questões ambientais, a fim de estimulá-las para

transformação de atitudes e apropriação de posturas favoráveis ao equilíbrio ambiental (RUY, 2004).

Portanto, uma das formas mais eficazes de se alcançar a população para a preservação dos recursos naturais é através da educação, tanto para os jovens que se encontram em processo de alfabetização, como para os adultos que foram alfabetizados.

Neste contexto, a Educação Ambiental surge como um processo educativo, com formação na cidadania ecológica voltada para uma mudança de postura, de costumes e hábitos. A educação ambiental é o resultado de transdisciplinariedade entre experiências educativas e disciplinas que facilitam o conhecimento conjunto do meio ambiente, tornando possível uma ação capaz e racional de responder às necessidades sociais e o desenvolvimento sustentável (DIAS, 2003).

Assim, o termo desenvolvimento sustentável, nos dias atuais, significa obter crescimento econômico necessário, garantindo o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente. De acordo com Sachs (2002) a sustentabilidade se dará observando os seguintes critérios: social, ecológico, ambiental, econômico e político.

Entretanto, em 1972, aconteceu a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente. Em 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental foi organizado e em seguida as orientações e princípios da Educação Ambiental foram estabelecidos na Conferência de Tbilisi em 1977 (LEFF, 2011). Nessa assembleia são apresentadas as propostas de trabalho de educação em questões ambientais, dirigidos a adultos e às gerações jovens para contribuir na formação de opinião a respeito de suas responsabilidades para a proteção e melhoria do meio. É nesse contexto que a Educação Ambiental surge para ser inserida no processo educativo de todos os cidadãos.

Nessa época, no Brasil, a ditadura militar determinava as regras para a Educação Nacional, dentre elas, as que vinculavam à educação de jovens e adultos,

promovendo o Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)<sup>12</sup> que pretendia reduzir os índices de analfabetismo no país. As Constituições Brasileiras, trataram da Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental e Meio Ambiente apresentando avanços e retrocessos (PARANHOS, 2009).

Entretanto, a Constituição de 1988, foi a que estabeleceu um meio ambiente ecologicamente equilibrado a todas as pessoas e, como forma de assegurar essa proposta, delegou ao poder público a inserir a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Contudo, sobre a Educação de Jovens e Adultos, a mesma, assegurou à educação a todos os brasileiros que não tivessem tido acesso a escola em idade certa.

A Constituição de 1988 forneceu elementos para a elaboração das normas para regulamentar a Educação Brasileira (Lei n.º 9.394/96 - Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB) e a Educação Ambiental a ser desenvolvida no país (Lei n.º 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA). Embora a Carta Magna nos forneça informações para compreendermos que a Educação Ambiental deva ser inserida na Educação de Jovens e Adultos, foi especificamente com a PNEA se explicitou, que a Educação Ambiental tem como princípio básico a formação da consciência ambiental das pessoas, para isso, ela deve estar inserida na educação formal, favorecendo a mudanças de condutas e valores por parte dos alunos (BRASIL, 1999).

Desta forma, torna-se necessário o que foi firmado pela declaração de Hamburgo, em 1999 justificando a Educação de Adultos no contexto da Educação Ambiental e certifica-se a Política Nacional de Educação Ambiental que assegura o vínculo. A menção a declaração, elaborada na V Conferência Internacional para Educação de Adultos, traz novas diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos e atenta-se às questões ligadas à sustentabilidade ambiental.

---

<sup>12</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*". Disponível em <pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\_Brasileiro\_de\_Alfabetização>. Acesso em 08 de maio 2015.

A sustentabilidade ambiental deve ser um processo de aprendizagem que precisa ser oferecido durante toda a vida e que, ao mesmo tempo, avalia os problemas ecológicos dentro do contexto político, socioeconômico e cultural. A educação ambiental de adultos pode desempenhar um papel fundamental no que se refere à mobilização de seus líderes e das comunidades, visando ao desenvolvimento de ações na área ambiental (UNESCO, 1999, p. 25).

Considerando a possibilidade de democratizar o saber ambiental, a Educação Ambiental, vista como institucionalização atrelada à educação formal, adquire fundamental importância na escola, pois é nela que convivem centenas de pessoas num mesmo espaço. Constituindo de adolescente, crianças e adultos que, por motivos diversos que vão desde a necessidade de completar o ensino formal. Sob esse ponto de vista cabe pensar sobre a Educação Ambiental de Adultos vinculados a instituições do ensino formal no espaço da educação de jovens e adultos que a aprendizagem ao longo da vida se confirma como resposta à possibilidade de, através da Educação Ambiental abrangendo áreas privilegiadas como ampliação da cidadania e a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

## 2.6. A EJA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE VILA VELHA-ES

A Educação Ambiental provém de uma percepção renovada de mundo, uma forma absoluta de ler a realidade e atuar sobre ela, portanto deve se inserir no cotidiano e na vida de todas as pessoas.

Portanto, a Educação Ambiental voltada para o ensino formal compreende a dimensão ambiental nos diferentes modalidades e níveis de ensino, onde as universidades e escolas devem ser incentivadas a participar na sensibilização da sociedade (BRASIL, 2001). Entretanto, a escola atualizada necessita não só preparar o sujeito para o exercício da cidadania, fortalecendo contra a exclusão social.

Conforme observa Libâneo (2004, p. 60):

A educação ambiental não pode ser apenas uma tarefa da escola, ela envolve ações práticas que dizem respeito ao comportamento do ser humano nos vários ambientes tais como na família, na escola, na cidade, na empresa etc. E mais, ao mesmo tempo em que se precisa conhecer mais a respeito da natureza e mudar nossa relação com ela, é preciso articular ações individuais com medidas mais gerais.

Guiada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Educação de Jovens e Adultos - EJA - é uma modalidade da Educação Básica, na etapa fundamental, e destina-se a população que tiveram limitação ou nenhuma oportunidade de escolarização regular. A Educação de Jovens e Adultos tem constituído como um meio de transformação e mudança social, pois é um elemento primordial para erradicação da pobreza, pois através da educação vai valorizar e melhorar as oportunidades em suas vidas.

Diante desse cenário, essa pesquisa averiguou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município de Vila Velha-ES, assim como o perfil dos docentes que atuam na EJA, contemplando nos seus cenários de escola, trabalho e comunidade. Através do apoio da Diretoria das cinco UMEF's e da Secretaria Municipal de Vila Velha, foi possível recolher as informações necessárias para nossa análise.

A Secretaria de Educação de Vila Velha-ES oferta a EJA no ensino fundamental a jovens e adultos que por algum motivo não frequentaram a escola na idade própria. Assim a Rede Municipal de Ensino de Vila Velha-ES proporciona a chamada desses jovens e adultos pouco alfabetizados para o retorno à escola. Com relação as matrículas na modalidade EJA, aplica-se conforme o Art. 37, Seção V da LDB 9.394/96, "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria".

Nesse contexto, a Secretaria de Educação (SEMED), atendem aproximadamente a 4.256 alunos no Ano letivo de 2014 na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no ensino Fundamental contemplando 21 Unidades Municipais Ensino Fundamental.

De acordo com a Secretaria de Educação, para a formação das turmas da EJA, é levada em consideração a idade mínima de 15 anos dos alunos ingressantes e repetindo o seu nível de escolaridade atual. Ao ingressar nas turmas da EJA os alunos que necessitam de apoio nas disciplinas são encaminhados para as turmas de nivelamento. Em relação aos docentes a SEMED informou que viabiliza a capacitação e aprimoramento do professor em todas as disciplinas pleiteadas na Educação de Jovens e Adultos.

## CAPÍTULO 3

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO

A metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento, onde norteará o pesquisador a trilhar seus caminhos, afim de atingir seus objetivos da pesquisa, portanto o envolvimento da teoria e a prática no processo de investigação possibilitou o desenvolvimento desse trabalho científico. Assim o levantamento bibliográfico deu sustentação teórica a pesquisa realizada (DEMO, 1981).

Diante desse levantamento foram analisadas revistas eletrônicas, teses, dissertações, artigos científicos, livros entre outras ferramentas que auxiliaram a execução dessa pesquisa. A pesquisa de campo, de acordo com Gil (2008), é aquela que basicamente, procede-se à demanda de informações a um grupo significativo de pessoas a respeito do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter os resultados correspondentes aos dados coletados.

Assim optou-se quanto à natureza da pesquisa os métodos quantitativos e qualitativos, quanto ao objetivo da pesquisa os métodos descritivo e exploratório. A preferência desses métodos se deu pela possibilidade de revelar forma objetiva e transparente a realidade da pesquisa. Conforme Minayo (1995):

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Portanto se preocupando, nas ciências sociais, com um nível de existência que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significado, aspirações, motivos, valores, crenças e atitudes, o que é equivalente a um espaço mais profundo das relações dos métodos e dos eventos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Portanto segundo Gil (2002), "[...] a análise quantitativa tem por objetivo tornar dados, indicadores a respeito do problema estudado, afim de obter resultados correspondentes as informações coletadas". Ainda de acordo com Gil (2008), o procedimento escolhido para esta pesquisa foi a aplicação de questionário, que é um instrumento de coleta de dados caracterizado pela interrogação direta das pessoas.

Segundo o autor o objetivo e formulação de questões, mediante o emprego de procedimentos científicos, e também será utilizada a pesquisa descritiva e exploratória. Para Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, auxiliando na compreensão da pesquisa e aquisição de dados complementares

Para, Triviños (1987, p. 112), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade e responder a questão específicas da pesquisa.

Acredita-se que esse método, vai propiciar colher informações individuais de cada entrevistado, obtendo o desenvolvimento de novas ideias, e análise as práticas de educação ambiental no currículo da escola, tendo como foco as questões e problemas ambientais nas escolas e comunidades.

Portanto o método adotado como instrumento de análise e síntese de estudo a ser desenvolvido, utilizou a pesquisa de campo com a utilização de questionário conforme "Apêndice A", que foi elaborado através de leitura de teses e dissertações. O questionário possuem 13 perguntas objetivas e 2 discursivas todas previamente formuladas para a aplicação nas escolas. Todos os entrevistados da pesquisa que participaram estavam de acordo com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), conforme o "Anexo - A".

Entretanto os questionários foram planejados e definidos visando à compreensão das várias relações do processo educativo com os seus agentes (professores), buscando apoio para uma série de perguntas. Conforme, Marconi e Lakatos (1999, p. 100), "[...] o questionário é um instrumento de coleta de dados composto por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". Portanto Marconi e Lakatos (1999) afirma que as perguntas podem ser:

Perguntas fechadas – também denominadas limitadas ou de alternativas fixas, são aquelas em que o entrevistado escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não.

Perguntas abertas – são perguntas livres ou não limitadas, são as que permitem ao entrevistado responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões.

Perguntas de múltipla escolha – também denominadas perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas (Marconi e Lakatos, 1999, p. 103).

Assim, as perguntas que compõem a formação do questionário são formadas por questões fechadas, abertas e de múltipla escolha tendo como objetivo identificar a percepção dos professores quanto as práticas voltadas para a Educação Ambiental.

O contato com os professores sucedeu após a apresentação dos objetivos da pesquisa junto a Secretaria de Educação (SEMED), onde o Professor Emerson Giostri responsável pela Coordenação da EJA autorizou a realizar nas dependências das UMEF's do Município de Vila Velha que possuem a modalidade EJA na Região V.

Os docentes foram abordados no próprio espaço escolar em seu horário de trabalho (no intervalo das aulas ou na sala de professores). Para a conclusão da pesquisa, foram realizadas de três a cinco visitas em cada escola pesquisada, no período de setembro a novembro de 2014.

Já com relação aos dados coletados foram posteriormente analisados da seguinte forma: as respostas objetivas foram analisadas por meio de gráficos, com relação às perguntas subjetivas foram realizadas primeiramente a leitura e interpretação do material que permitiu ao pesquisador a compreensão do professor em destaque sobre o tema pesquisado.

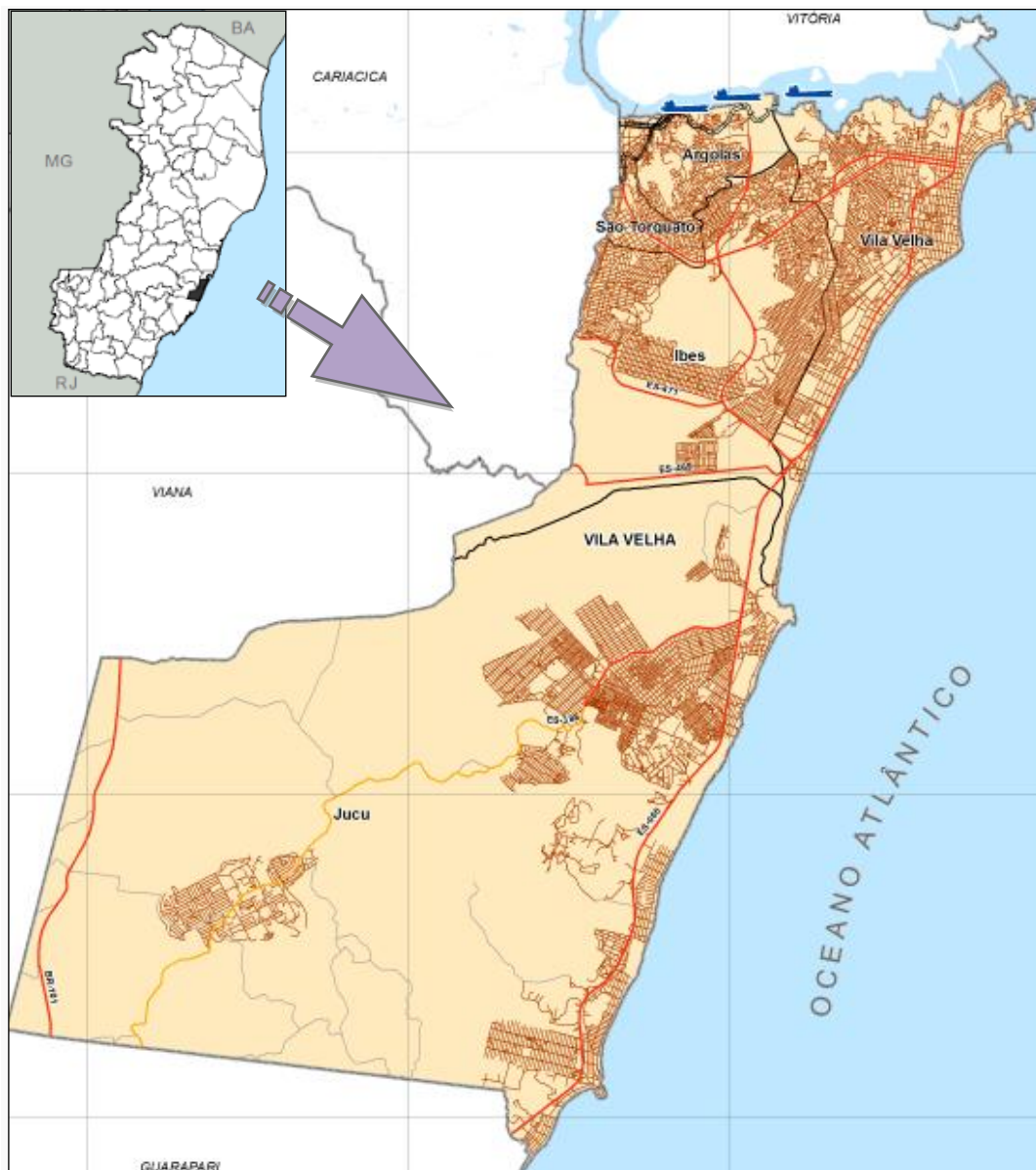
### 3.2. LOCAL DE ESTUDO

Em 23 de maio de 1535 a historia capixaba começou a ser inscrita, quando os portugueses comandados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, chegaram à Capitania do Estado do Espírito Santo. Portanto nesse mesmo período, foi estabelecida a povoação de Vila Velha, primeiro núcleo populacional da capitania. Neste contexto, o Município de Vila Velha, localizado no Estado de Espírito Santo, é um dos quatro municípios que compõem a Grande Vitória.



A cinco quilômetros de distância da capital Vitória, sua extensão geográfica é de 219 km<sup>2</sup>, superior apenas à própria Vitória, com 89 km<sup>2</sup>, representando aproximadamente 10% da extensão territorial da Região Metropolitana (RM). De acordo com a Figura 1, é apresentada a localização do município de Vila Velha no Estado do Espírito Santo (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização de Vila Velha no Espírito Santo.



Fonte: IBGE, 2010.

Entretanto, uma característica peculiar é a desconcentração populacional da capital Vitória. Em quatro dos sete municípios – Vila Velha, Serra, Cariacica e Vitória – a população residente é superior a 300 mil habitantes. Assim, Vila Velha é o município, entre os quatro, com maior população. São 398 mil habitantes, que representa quase um quarto do total da população da Região Metropolitana e 12% da população do Estado do Espírito Santo. Dessa forma, o município de Vila Velha apresentava, em 2007, a 2ª maior densidade demográfica, 1.819 habitantes/km<sup>2</sup>, dos municípios que compõem a Grande Vitória, inferior somente à densidade da capital Vitória, com 3.528 habitantes/km<sup>2</sup> (ASEVILA, 2008, p. 13).

Neste sentido, Vila Velha vai despontar com um crescimento populacional nos últimos anos concentrando o maior número de bairros da região da Grande Vitória. De acordo com o IBGE (2007) "Dados atualizados sobre a população, revelam no período de 2000 - 2007, a taxa de crescimento de Vila Velha foi de 15%". Contudo foi a terceira mais expressiva entre os municípios da Grande Vitória, ficando inferior à de Serra 20% e à de Fundão 17%, entretanto apresenta uma taxa acima do crescimento do Estado 8,2% (ASEVILA, 2008).

Segundo Siqueira (2009, p. 110), um das causas básicas que determinaram a ampliação populacional do município foi "[...] a construção de casas populares, projetadas e implantadas pela Cohab-ES e Inocoop-ES, a fim de diminuir a pressão populacional sobre Vitória". Entretanto esses projetos não foram satisfatórios para atender a demanda de moradias da região, promovendo o aumento de invasões e bolsões de favelas no município formando a região de Terra Vermelha que faz parte da Região V.

Tratando-se da questão da educação, o município tem apresentado avanços significativos, com aumento do número de vagas para o ensino fundamental e melhorias contínuas na parte estrutural das escolas. A média de anos de estudo das pessoas com mais de 25 anos de idade diminuiu a taxa de analfabetismo, porém não com a mesma evolução comparando o mesmo período, com o estado e com o Brasil. Portanto Vila Velha possui a 2ª menor taxa entre os municípios da Grande Vitória, 6,47% da população adulta, ficando abaixo de Vitória que representa 5,23% (ASEVILA, 2008).

Em 2000, Vila Velha mostrava um quadro de déficit bastante agudo na creche e na pré-escola. Dessa maneira, 47% das crianças entre 4 e 5 anos não tinham acesso a este serviço e 34% das crianças entre 5 e 6 anos não frequentavam a pré-escola. Portanto, Vila Velha apresenta porcentagens acima da região metropolitana. Porém, no ano de 2010, percebe-se entre os jovens de 15 a 17, a taxa de conclusão no Ensino Fundamental era de 63,1% (SESI, 2013).

Segundo Asevila (2008, p.22), o desempenho de Vila Velha no ensino infantil, poder ser obtido com base nos dados do Censo Escolar do INEP - MEC. Entre 0 (zero) e 03 (três) anos Vila Velha possuía, em 2007, apenas a quinta cobertura, entre os 07 (sete) municípios da região metropolitana pesquisados.

No que diz respeito à cobertura entre 04 (quatro) e 06 (seis anos), o município era apenas o quarto colocado entre os mesmos 07 (sete) municípios, em que pese o crescimento no período 2000-07 (22%). Com efeito, enquanto a cobertura de Vitória nessa faixa etária é superior a 80% da população em Vila Velha ela não atinge 50%. Neste mesmo período, de 97 mil alunos matriculados no município, 43,8 mil matriculas é da rede municipal.

No ano de 2011, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>13</sup>, computava uma média de 4,3 entre as escolas públicas municipais de Vila Velha, igualando ao valor do IDEB das escolas públicas municipais de todo o Brasil, enquanto o Índice Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>14</sup>, da educação era de 0,734, enquanto o do Brasil é 0,849 (SEMED, 2012). Desta forma, percebe-se que os princípios norteadores da concepção voltada para educação estão trabalhados na metodologia pedagógica das Escolas Municipais de Vila Velha.

---

<sup>13</sup> IDEB é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Índice\_de\_Developmento>. Acesso em: 09 nov 2014.

<sup>14</sup> IDH é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Índice\_de\_Developmento>. Acesso em: 09 nov 2014.

No que tange a participação econômica de Vila Velha abriga 8 mil empresas- 12% do Estado – que empregam quase 80 mil pessoas (10,6% do total de emprego formal do Espírito Santo). Entre 2000 e 2007, o número de empresas formais cresceu 28,3%. Assim, tendo um crescimento próximo à média da Grande Vitória, mas inferior ao crescimento do Estado como um todo. Entretanto, a geração de empregos formais nesse mesmo período em Vila Velha foi superior à média do Espírito Santo e da Grande Vitória (ASEVILA, 2010).

O IBGE (2007) esclarece que, das ocupações formais, no município de Vila Velha, 75% estavam centralizados no comércio e serviços, 23,4 % na área industrial e 1% no setor primário. Onde percebe-se neste mesmo censo a permanência da população de jovens e adultos com baixa escolaridade, dificultando ao acesso ao emprego formal.

Ainda de acordo com IBGE (2010) a cidade possui cerca de 13.198 empresas e estabelecimentos comerciais atuantes. Ainda segundo o IBGE (2010), no setor primário é o setor menos relevante da economia de Vila Velha, enquanto no âmbito secundário, é o segundo setor mais relevante para a economia do município, e o primeiro sendo o setor terciário, que se destaca por ser a maior fonte geradora do PIB (Produto Interno Bruto), do Município de Vila Velha. Embora o seja um polo diversificado de empresas e estabelecimentos comerciais que promove a economia o município de Vila Velha possui 32 quilômetros de litorais, sendo praticamente todo recortado de praias, as quais constituem importantes ícones paisagísticos e turísticos, como, Itapoã, Praia da Costa e Praia de Itaparica. Além dos balneários de Ponta da Fruta e Barra do Jucu.

### 3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

Esta parte da pesquisa apresenta as informações sobre o universo do estudo que compreende 21 escolas conforme o quadro 3, alocadas em todo município de Vila Velha-ES, que oferecem o modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos, essas escolas estão distribuídas por Regiões.

Quadro 3 - Escolas que ofertam a Modalidade EJA no Município de Vila Velha-ES.

UMEF's	REGIÃO	BAIRRO
ALGER RIBEIRO BOSSOIS	V	CIDADE DA BARRA
ANTÔNIO BEZERRA DE FARIAS	III	VILA GARRIDO
DEP. MIKEIL CHEQUER	I	BOA VISTA II
DES. FERREIRA COELHO	I	GLÓRIA
GIL BERNARDES	IV	ALVORADA
GOV. CRISTIANO DIAS LOPES FILHO	V	SÃO CONRADO
GUILHERME SANTOS	II	SANTA INÊS
IRMÃ FELICIANA GARCIA	I	ILHA DOS AYRES
JOFRE FRAGA	IV	VALE ENCANTADO
JUIZ JAIRO DE MATTOS PEREIRA	IV	SÃO TORQUATO
LEONEL DE MOURA BRIZOLA	III	SANTA RITA
OFÉLIA ESCOBAR	III	ARIBIRI
PAULO MARES GUIA	IV	COBILÂNDIA
PEDRO HERKENHOFF	IV	COBILÂNDIA
PROF. AYLTON DE ALMEIDA	V	TERRA VERMELHA
PROF. DARCY RIBEIRO	V	MORADA DA BARRA
PROF. PAULO CÉSAR VINHA	V	TERRA VERMELHA
PROF. THELMO TORRES	I	ITAPOÃ
REV. ANTÔNIO DA SILVA COSMO	II	JARDIM COLORADO
TI MACIONÍLIA MAURÍCIO BUENO	III	ILHA DAS FLORES
TI SEN. JOÃO DE MEDEIROS CALMON	I	PRAIA DAS GAIVOTAS

Fonte: SEMED, 2013.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Vila Velha, a *Lei nº 4.707*<sup>15</sup> de 10 de Setembro de 2008, dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites, a denominação dos mesmos, os critérios para

<sup>15</sup> Lei nº 4.707 Dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município. Disponível em: <[www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/.../L47072008.html](http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/.../L47072008.html)>. Acesso em: 09 dez 2014.

organização e criação de bairros no perímetro urbano do Município. Em seu Artigo 1 "Ficam estabelecidas as denominações das 5 (cinco) Regiões Administrativas do Município Vila Velha" (PMVV, 2008).

As cinco novas regiões administrativas de Vila Velhas institucionalizadas pela lei, com respectivo número de bairros, são as seguintes: Centro, 18 bairros; Grande Ibes, 21 bairros; Grande Aribiri, 17 bairros; Grande Cobilândia, 14 bairros; e Grande Jucu, 21 bairros. A delimitação dos novos bairros levou em conta as características históricas, culturais e sociais de cada comunidade, respeitando os limites do perímetro urbano, os eixos viários das rodovias e ferrovias, bem como as imposições de caráter geográfico (PMVV, 2008). Conforme mostra quadro 4.

Quadro 4 - Regiões Administrativas do Município de Vila Velha

REGIÕES	LOCALIZAÇÃO
I	Centro
II	Grande Ibes
III	Grande Aribiri
IV	Grande Cobilândia
V	Grande Jucu

Fonte: PMVV, 2008.

Portanto, o local escolhido para a pesquisa foi a escolha da região V, localizada na Grande Jucu, centrada em cinco escolas localizadas nos seguintes bairros: bairro Cidade da Barra, bairro São Conrado, bairro Terra Vermelha e bairro Morada da Barra conforme. Optou-se em pesquisar nessa Região onde as escolas estão localizadas em bairros de periferias, para amostragem da pesquisa.

As pessoas que habitam a Região V, em sua maioria têm profissões variadas: autônomos, empregadas domésticas, pedreiros, ajudantes, entre outros. A escolha das Escolas pesquisadas se deu pela sua localização em área urbana, com problemas socioambientais graves como: saúde pública, poluição visual e poluição do solo (lixão). Os materiais jogados a céu aberto em algumas ruas que não são pavimentadas provocam mau cheiro em alguns momentos e pelo fato de possuir hoje, alunos com nível cultural e socioeconômico diversificado.

Com a intenção de cumprir esse objetivo, foi utilizado questionário para atender a amostragem dos professores, buscou-se nesse contexto compreender o direcionamento da pesquisa empírica. Também, para dar mais sustentação a pesquisa de campo, encontra-se as imagens das fachadas das escolas fotografadas *in loco* pelo autor desta dissertação: UMEF's - Unidade Municipal de Ensino Fundamental de Vila Velha, analisadas e visitadas são:

A Escola Municipal Professor Paulo César Vinha situada na rua Antônio Elias do Espírito Santo, n.º 176 no bairro Terra Vermelha no município de Vila Velha-ES, possui um corpo docente composto por 42 professores atuando no turno noturno com a Educação de Jovens e Adultos. Atualmente estão matriculados 290 alunos nesta modalidade. A figura 2 ilustra a Escola Professor Paulo César Vinha.

Figura 2: Fachada principal - UMEF Prof. Paulo César Vinha



Fonte: Arquivo do próprio autor, 2014.

Na figura 3, nota-se a fachada da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro situada na rua Carlos Chagas, n.º 76 no bairro Morada da Barra no município de Vila Velha-ES, que possui um corpo docente de 34 professores atuando no turno noturno com a Educação de Jovens e Adultos.

Hoje estão matriculados 170 alunos nesta modalidade. A infraestrutura apresenta lixo destinado a coleta periódica, acesso à internet, nas dependências da escola oferece 18 salas de aulas, laboratório de informática, quadra poliesportiva

coberta, sala de leitura ,biblioteca e dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Figura 3: Fachada principal - UMEF Darcy Ribeiro



Fonte: Arquivo do próprio autor, 2014.

Na Escola Municipal Professor Aylton de Almeida (figura 4) localizada na rua Mário de Andrade, s/n.º no bairro Cidade da Barra no município de Vila Velha-ES, conta em sua estrutura 34 docentes em turno noturno com a Educação de Jovens e Adultos. Atualmente estão matriculados 170 alunos nesta modalidade. A infraestrutura apresenta coleta seletiva do lixo, acesso à internet, nas dependências da escola possui 12 salas de aulas, laboratório de informática, quadra de esportes, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, vias adequadas e dependências a alunos com mobilidade reduzida ou deficiência, auditório e sala de professores. A escola possui ainda equipamentos eletrônicos tais como: TV, dvd, copiadora, impressora, fax e projetor multimídia.



Figura 4: Fachada principal - UMEF Prof. Aylton de Almeida



Fonte: Arquivo do próprio autor, 2014.

A Escola Municipal Alger Ribeiro Bossois situada na rua Casimiro de Abreu, n.º 240 no bairro Cidade da Barra no município de Vila Velha-ES, atualmente possui um corpo docente composto por 34 professores atuando no turno noturno com a Educação de Jovens e Adultos. Atualmente estão matriculados 200 alunos nesta modalidade. A figura 5 ilustra a Escola Alger Ribeiro Bossois.

Figura 5: Fachada principal - UMEF Alger Ribeiro Bossois



Fonte: Arquivo do próprio autor, 2014.

E por fim, a Escola Municipal Governador Cristiano Dias Lopes Filho situada na rua Ita, s/n.º no bairro São Conrado no município de Vila Velha-ES, atualmente possui um corpo docente composto por 34 professores atuando no turno noturno com a Educação de Jovens e Adultos. Atualmente estão matriculados 220 alunos nesta modalidade. A Escola oferece também a comunidade o Ensino Fundamental, com relação a infraestrutura possui coleta seletiva do lixo, acesso à internet, nas dependências do ambiente escolar possui 17 salas que são utilizadas nas aulas, Laboratório de Informática e salas de recursos multifuncionais. A figura 6 ilustra a Escola Governador Cristiano Dias Lopes Filho.

Figura 6: Fachada principal - UMEF Governador Cristiano Dias Lopes Filho



Fonte: Arquivo do próprio autor, 2014.

### 3.4. SUJEITO DA PESQUISA

Sabe-se que a modalidade da EJA - Educação de Jovens e Adultos apresenta alunos com uma diversidade heterogênea, pois são sujeitos na sua grande maioria trabalhadores com autoestima baixa e sem tempo para se dedicar aos estudos. Portanto, os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos tende apresentar comprometimentos com a pluralidade e com respeito à diversidade das culturas mostradas pelos jovens e adultos, e precisam participar de uma formação continuada constante, para poder ir de encontro às dificuldades de cada

aluno na EJA. Os sujeitos da pesquisa foram 100 professores que trabalham nas UMEF's da Região V na modalidade EJA, e que atuam nas séries do Ensino Fundamental distribuídos em oito séries que ministram disciplinas como matemática, português, ciências, geografia e educação artística; como mostramos na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Número de Professores das UMEF's/EJA da Região V no Município de Vila Velha-ES, distribuídos nas oito séries.

UMEF's	Séries								Nº. prof. por escola
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	
Alger Ribeiro Bossois	0	1	0	1	8	8	8	8	34
Gov. Cristiano Dias L. Filho	1	0	1	0	8	8	8	8	34
Prof. Aylton de Almeida	1	0	1	0	8	8	8	8	34
Prof. Darcy Ribeiro	0	1	0	1	8	8	8	8	34
Prof. Paulo César Vinha	1	0	1	0	8	8	8	16	42
Nº. prof. por série	3	2	3	2	40	40	40	48	178

Fonte: SEMED, 2014.

De acordo, com a Tabela 1, observa-se que a Região V, possui um quantitativo de 5 UMEF's, que ofertam a EJA, contendo uma população de 178 professores distribuídos em oito séries ofertados no turno noturno, no Município de Vila Velha-ES.

Portanto, as entrevistas com os professores, foram realizadas entre os meses de Outubro a Novembro do Ano 2014, e, na pesquisa foram utilizados questionários compostos de perguntas abertas, múltipla escolha e fechadas. A escolha dos professores se deu de acordo com o interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e fizeram espontaneamente, demonstrando satisfação em contribuir para a melhoria da escola e da pesquisa que trata da educação ambiental.

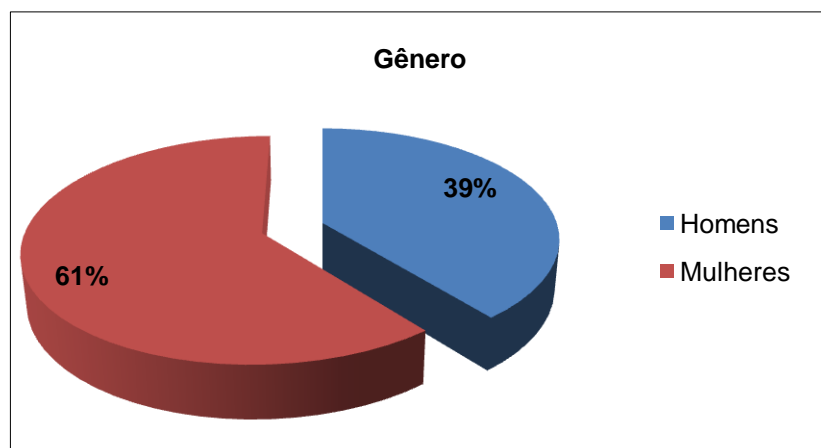
## CAPÍTULO 4

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PESQUISADOS

A seguir será apresentada a pesquisa de campo realizada junto aos docentes das Escolas de Ensino Fundamental que possuem a modalidade EJA em Vila Velha. Nesta fase realizou-se a análise dos dados obtidos através dos questionários. Ao todo foram respondidos e devolvidos 100 questionários dos profissionais da educação, distribuídos em cinco Escolas que contemplam a modalidade EJA. De modo geral, os professores contribuíram com a realização da pesquisa, propiciando condições para que essa pesquisa fosse concretizada.

As questões de números 01 a 15 do questionário aplicado aos docentes, diz respeito ao perfil dos entrevistados. Os gráficos a seguir mostram os resultados dos questionários aplicados aos professores nas escolas pesquisadas e nas seguintes categorias: gênero feminino e masculino, idade, local de residência, formação acadêmica, formação na educação ambiental, formação continuada em educação ambiental, vínculo empregatício na escola, experiência em outra modalidade de ensino, dificuldades encontradas para desenvolver atividade educativa voltada para o tema meio ambiente, planejamento de atividades na educação ambiental, iniciativa da escola no desenvolvimento de atividades na educação ambiental, proposta pedagógica-educação ambiental, secretaria de educação-educação ambiental.

Gráfico 1 - Gênero feminino e masculino



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A pesquisa realizada nas escolas mencionadas conforme o Gráfico 1, em relação ao gênero desses docentes, os resultados apontam 61% são mulheres e 39% homens no total de professores que atuam na modalidade EJA do município de Vila Velha. Percebe-se que existe uma predominância do sexo feminino nos quadros efetivos das escolas. Esse é um fato que se apresenta em grande parte das escolas de ensino do município e do Brasil. Segundo a UNESCO (2004) 81,3% dos professores brasileiros são mulheres e apenas 18,6% desses são homens, e as maiores partes desses profissionais encontram-se no ensino fundamental.

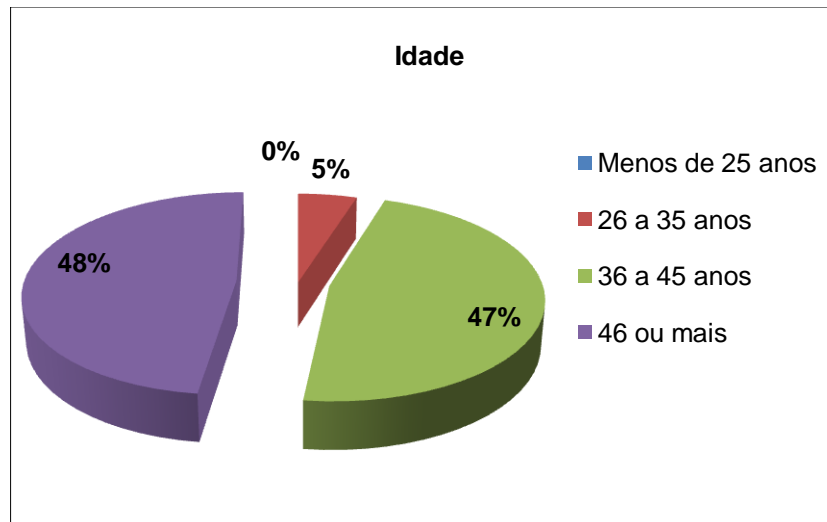
Ainda Segundo Gatti e Barreto (2009, p.24), de acordo com os números armazenados pelos MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), em 2006, 77% dos profissionais do ensino eram do sexo feminino totalizando os docentes da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para Trevizan (2008), fica evidente a diferença entre o número de homens e mulheres na docência na educação infantil e ensino fundamental.

[...] Entre as razões temos: a caracterização da professora e escola como extensão da casa e da maternidade, a própria profissão docente vista como complemento do orçamento familiar, a questão da afetividade entendida como atributo exclusivo da mulher, o peso do contexto que dispõe as condições de trabalho femininas abaixo das masculinas e, principalmente, a desvalorização do trabalho docente (TREVIZAN, 2008, p. 56).

Na visão das autoras Gatti e Barreto (2009, p.21), uma das justificativas comumente "[...] apontadas como uma das razões da feminização da categoria é o magistério, facilitando mais do que as outras profissões a conciliação entre vida profissional e doméstica. Para a autora, ao analisar o tempo de trabalho dos profissionais, de acordo com o IBGE, a carga horária dos professores é cumprido em torno de 30 horas semanais. Mas para Gatti e Barreto (2009, p.30), menciona que "Trata-se do diferencial entre o tempo de trabalho e o tempo de ensino, esse último maior, englobando também o tempo empregado em preparação, correção de provas."

Acredita-se que é preciso considerar que o tempo de horas efetivamente trabalhadas não é o mesmo que o tempo de horas aulas, e que ao longo do século XX, a docência foi adquirindo um caráter eminentemente feminino, em especial na Educação Básica (Ensino Fundamental, Educação Infantil e do Ensino Médio), é ampla a presença de mulheres no exercício do magistério.

Gráfico 2 - Idade



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

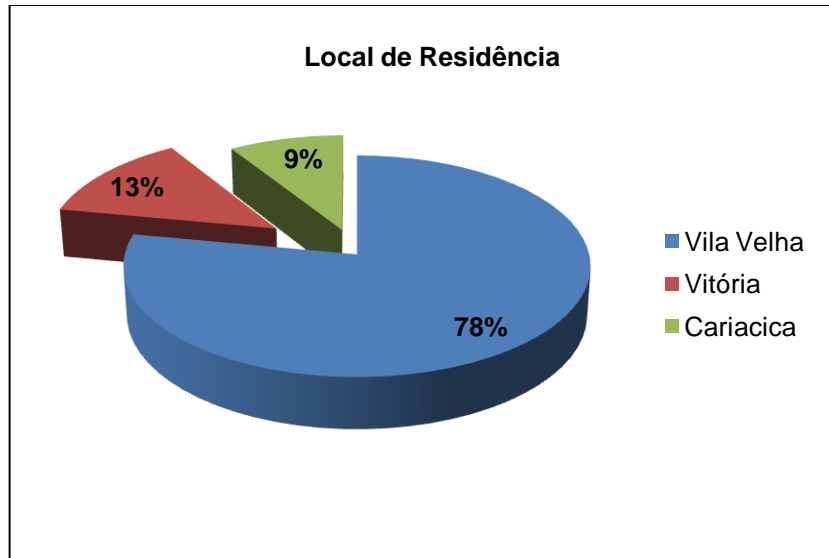
Com relação à idade desses profissionais, no universo de pesquisa, demonstrou que a grande maioria, 48% se encontram na faixa de acima de 46 anos, entretanto, observa-se concentração significativas de docentes entre 36 e 45 anos, correspondente a 47% do total. Os mais jovens, na faixa de 26 e 35 anos de idade, correspondem a 5% do total de professores analisados. Podemos observar, durante a pesquisa, que obteve um percentual de 0% em relação aos docentes com menos de 25 anos. Não sabemos se por motivo de continuar na carreira acadêmica, ou preferir lecionar no ensino Fundamental de 6 ao 9 ano.

De acordo com a UNESCO (2004, p.48):

Considerando que a idade do docente constitui uma das marcas de sua atuação, chama-se a atenção para algumas questões eventualmente relacionadas à condição etária, como a renovação dos quadros professores por efeito de aposentadoria/concurso, a aceitação de novas concepções pedagógicas, a maior ou menor experiência, entre outras.

Percebe-se que há uma predominância dos professores com idade acima de 46 anos, o que demonstra que a maior parte deles tem uma metodologia de ensino voltado para modalidade EJA, com a intenção de interagir com os alunos minimizando a defasagem idade série, objetivando aprendizagem dos conteúdos das disciplinas por eles ministradas.

Gráfico 3 - Local de residência



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Verificou-se, em relação ao local de residência desses profissionais, que a maioria dos professores se declararam residir no próprio município, ou seja, 78%, um percentual bem elevado se compararmos com os outros percentuais. Nota-se que 13% residem no município de Vitória e por fim 9% moram no município de Cariacica no total de professores pesquisados.

Segundo dados dos IBGE (2010), o município de Vila Velha está a 12 Km de distância da região metropolitana de Vitória, e a 24 Km do município de Cariacica. Percebe-se que existe uma predominância desses profissionais que residem no município de Vila Velha nos quadros efetivos das escolas.

Ao focar os dados tendo como referência a distância ou proximidade do local de moradia dos professores em relação às escolas onde trabalham, verifica-se uma preferência dos professores que reside no mesmo município onde estão localizadas as escolas. Acredita-se que esse dado pesquisado revela-se importante, pois demonstra que professores e alunos destas escolas pesquisadas, na sua maioria, participam do mesmo ambiente social, potencialmente interagindo nas ruas e no comércio.

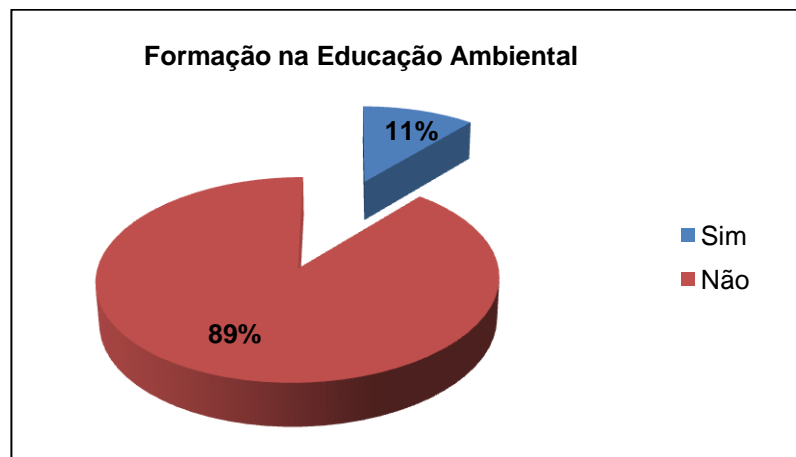
Com relação, à formação acadêmica dos professores que participaram na pesquisa, a grande maioria, 100% possui especialização na área da Educação (Pós graduação Lato Sensu). Pelas respostas apresentadas, observa-se o interesse dos professores de se qualificarem. Todos os professores entrevistados possuem, portanto, o curso superior estando de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no seu artigo 62 faz menção à formação profissional.

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério (BRASIL, 1996, Art.62).

Entretanto nos tempos atuais, a formação acadêmica dos docentes tem se colocado como um assunto chave na busca da transformação dos mediadores em sala de aula e, por isso, cada vez mais em evidencia no âmbito da pesquisa educacional acadêmica.

Nesse sentido, acredita-se na busca contínua desses professores na sua formação acadêmica para a prática docente, em meio a tantas dificuldades (escassez de tempo, falta de verba), o trabalho educativo desses profissionais tem como a finalidade de inserir os educando a sociedade, preparando-os para tornarem-se cidadãos capazes de modificar e agir o meio em que vivem.

Gráfico 4 - Formação na educação ambiental.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Entre os professores pesquisados, verificou-se que a maioria 89%, na sua graduação não teve formação em Educação Ambiental, e 11% afirmaram que sim.



Apesar dos empenhos levantados pelo Ministério da Educação e do Meio Ambiente, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ainda é pouco conhecida e atendida.

Conforme a PNEA prevê que a educação ambiental seja ampliada no âmbito dos currículos. Segundo a (PNEA, art. 11) “A dimensão ambiental deve fazer parte dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. Ainda a (PNEA, art. 12), também coloca que “[...] os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com a finalidade de atender adequadamente ao cumprimento dos objetivos e princípios da Política Nacional de Educação Ambiental”. De acordo com Sato (2001), “[...] a carência da introdução da Educação Ambiental nos currículos de graduação, além de outros programas educacionais que tratem sobre a formação de profissionais”.

Assim Carvalho (2004), também “[...] afirma o debate ambiental ainda não foi internalizado plenamente, nem como disciplina, nem como eixo articulador nos currículos dos cursos de formação de professores”. Pautando essa resposta com a formação na Educação Ambiental, onde a maior parte dos professores tem uma visão naturalista, fica óbvio como os conteúdos de Educação Ambiental inseridos nas grades curriculares são aparentes e não preparam o Educador com abordagens ambientais para trabalhar em sala de aula. O fato é que o professor deve sentir a necessidade de capacitar-se.

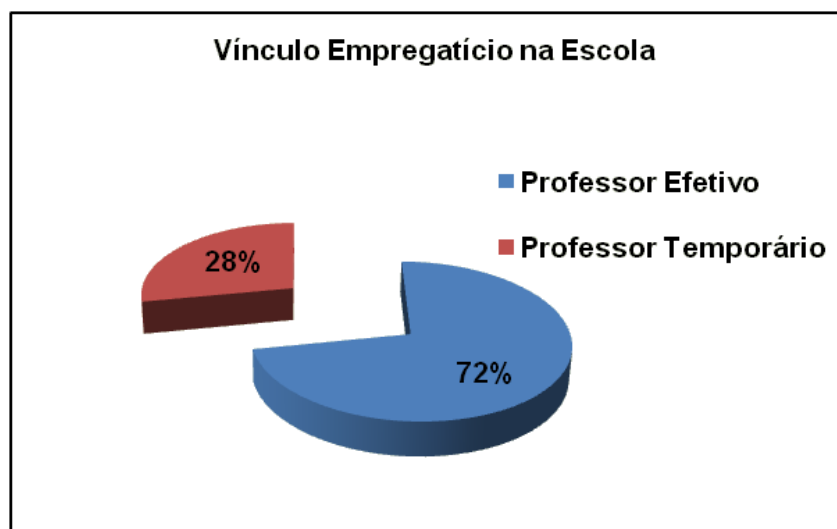
Com relação, à formação continuada os professores que participaram na pesquisa, ficaram evidenciados 100% dos professores entrevistados participaram algumas vezes em cursos de formação continuada em Educação Ambiental. De acordo com a *Lei nº 9.795/1999*<sup>16</sup>, a Educação Ambiental está inserida na Legislação Brasileira, porém seu exercício ainda é mínima, portanto uma das recomendações da PNEA é a habilitação de recursos humanos para a efetividade da EA, sendo necessária sua inclusão na formação continuada dos professores.

---

<sup>16</sup> Lei n. 9.795/99, que dispõe em seus 21 artigos, sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras (BRASIL, 1999).

Entretanto, a formação dos docentes é importante, principalmente quando ela vem de encontro da realidade da sala de aula, por meio de cursos que integrem a teoria com a prática. Segundo Galeano (2005, p. 150) a proposta de formação continuada pode se conseguida desde que não seja por “[...] acumulação de conhecimentos, e sim pelo aprendizado individual e coletivo, pela reflexão crítica sobre as práticas no local de trabalho do professor, compartilhando saberes, trocando experiências”. Acredita-se que à validade da formação continuada em EA, indicam o caminho necessário para o desenvolvimento de boas práticas em sala de aula, contribuindo para a reflexão para a ação, para aquisição de conhecimento.

Gráfico 5 - Vínculo empregatício na escola.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

De acordo com o Gráfico 5, ao serem questionados sobre seu vínculo empregatício com a escola, 72% dos entrevistados alegaram ser professor efetivo e 28% professor substituto (contratados).

Assim, um dos grandes dificuldades enfrentadas pelas Escolas municipais de Vila Velha, é o grande número de contratados em caráter temporário no magistério público municipal. Esta circunstância acarreta para a escola o desafio de trabalhar com um grupo rotativo.

No entanto, se faz necessário um acompanhamento sistemático dos professores novos, para inseri-los na proposta pedagógica das escolas, a fim de que os docentes fiquem atentos a novas contribuições vindas da história de trabalho e de

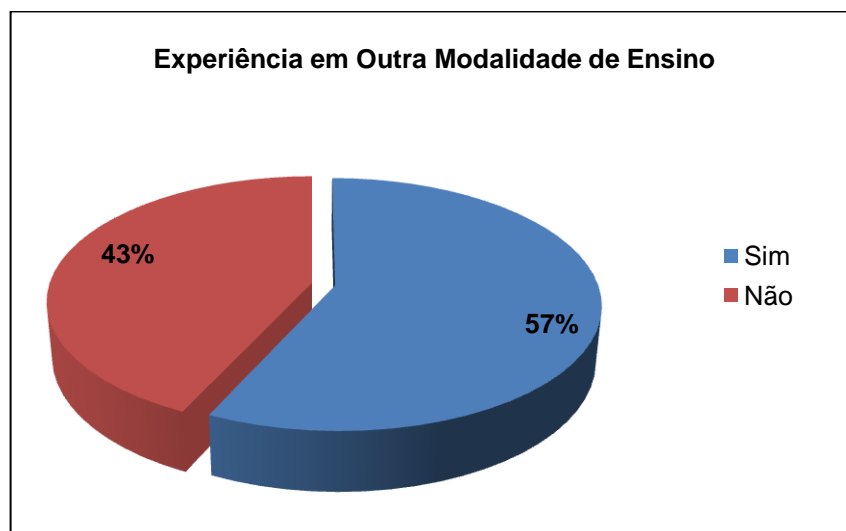
vida, visando incorporá-los para o enriquecimento do processo pedagógico. Acredita-se no que diz respeito aos professores efetivos, cabe aqui fazer algumas considerações, ao investigar o perfil dos professores de história que ingressaram por meio de concurso público, chamou a atenção que todos professores efetivados pesquisados residem nas mediações da comunidade escolar, facilitando o deslocamento para o seu local de trabalho.

Entretanto no que diz respeito aos docentes contratados. Ghanem (2004) aponta a falta de vínculo empregatício dos professores contratados, não estabelecendo relação efetiva com a organização do trabalho pedagógico.

[...] o grande número de professores admitidos em caráter temporário afetou práticas de ensino nas escolas. Isso porque esses professores não concursados, diante da necessidade de ensinar em várias escolas, não podem se envolver no desenvolvimento de projetos pedagógicos para a melhoria de ensino (GHANEM, 2004, p. 57).

Percebe-se que o autor faz menção para a situação de caminhada desses docentes que além de temporários, ensinam em várias escolas, não podendo estreitar os vínculos com a comunidade escolar.

Gráfico 6 - Experiência em outra modalidade de ensino.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

De acordo com o Gráfico 6, verificou-se que 57% dos professores possui experiência em outra modalidade de ensino (EJA, Educação Fundamental; Ensino Médio, Educação à distância e Ensino Superior) e 43% dos professores informaram não ter experiência em outras modalidades, ficando restrito ao ensino da EJA.

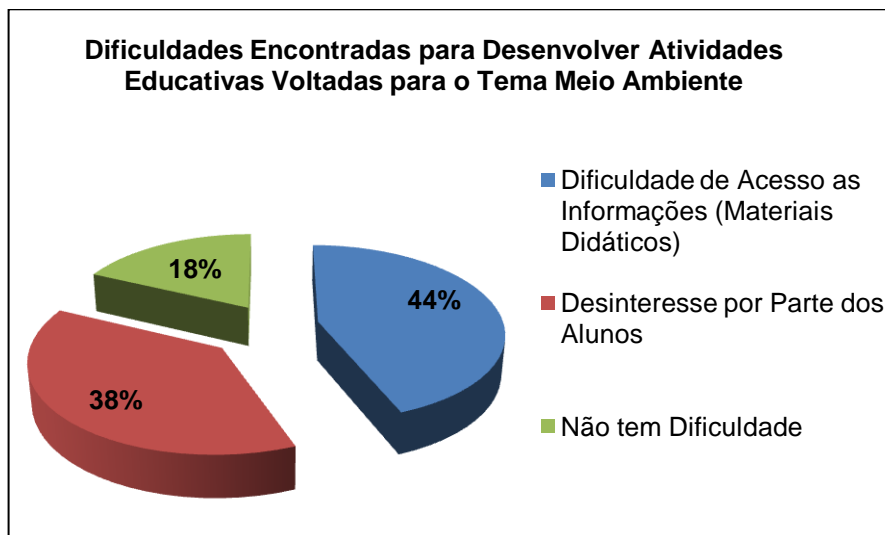
Entretanto, as modalidades de ensino servem para diversificar a sua formação técnica que o professor deve trazer na sua formação acadêmica, por ser um educador exclusivo na modalidade EJA, exige desse professor uma maior compreensão, interação e receptividade às expectativas dos alunos.

Segundo Therrien (2002) advertem a necessidade de pesquisas acerca dos saberes docentes, contudo o trabalho de ensinar é um ato complexo, e compõe uma ação de diversos saberes.

O docente, portanto, deve ser abordado na sua tripla relação com o saber: como sujeito que domina saberes, que transforma esses mesmos saberes e ao mesmo tempo precisa manter uma dimensão ética desses saberes. (TERRIEN, 2002 p. 108-109).

Acredita-se que nesse aspecto os docentes quando estão atuando constroem conhecimentos, estes precisam conhecer bem a proposta pedagógica,, principalmente do conteúdo a ser trabalhado, e a produção destes pautados essencialmente nos saberes experienciais.

Gráfico 7 - Dificuldades encontradas para desenvolver atividades educativas voltadas para o tema meio ambiente.



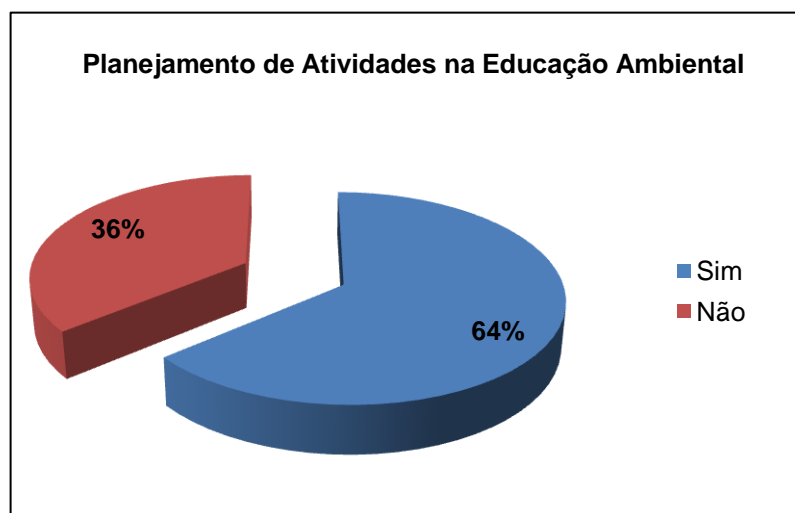
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

O gráfico evidencia que as maiores dificuldades estão vinculadas ao acesso às informações, de modo especial o material didático (44%).

Conforme os docentes, a maioria dos livros didáticos tende a dividir os problemas, cooperando para uma formação em que o pensamento complexo e integrado, ficando restrito a exemplos e iniciativas que não apreciam as especificidades locais do município. Contudo, isso não explica a não realização das referidas atividades, pois os livros servem para complementar o trabalho dos docentes, entretanto não são os únicos recursos que auxiliam o desenvolvimento das atividades (MEGID NETO; FRACALANZA, 2002).

Portanto as pesquisas extraescolares, os processos metodológicos e as trocas de experiência entre os docentes das diversas disciplinas e mesmo entre outras instituições independem dessa condição. 18% disseram não ter dificuldades para trabalhar atividades de Educação Ambiental, através de vídeos e filmes. Entretanto os 38% se referem ao desinteresse dos alunos, isto se deve, possivelmente, ao método tradicional com que é trabalhada a disciplina curricular que acaba não os sensibilizando e nem atraindo para a possibilidade de tomarem consciência sobre a temática da Educação Ambiental.

Gráfico 8 - Planejamento na educação.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

De acordo com o Gráfico 8, ao serem questionados se planejam atividades, extraclasse, voltadas para a Educação Ambiental, 64% dos entrevistados afirmaram que sim; e 36% disseram que não. Pode-se observar, durante a pesquisa, que a maioria dos professores desenvolve dentro do seu planejamento fundamentos teóricos da Educação Ambiental, envolvendo problemas

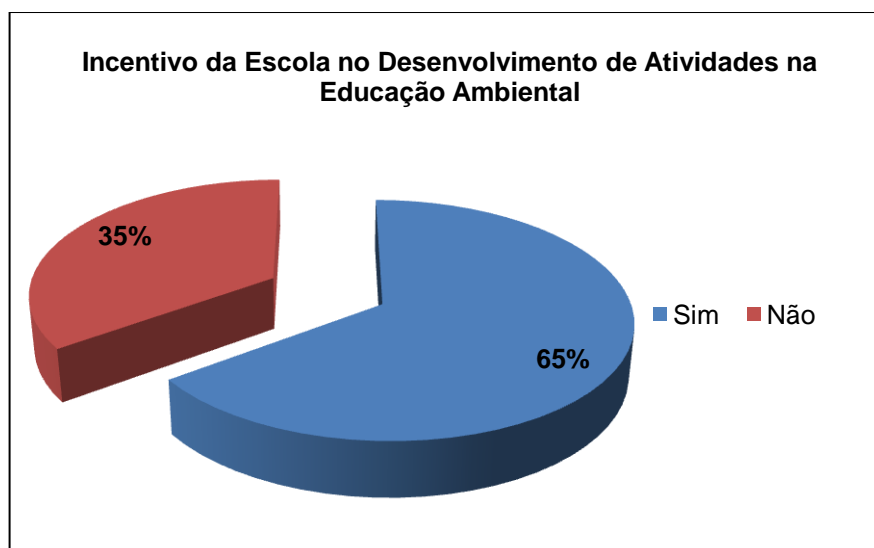
ambientais locais e promovendo suas possíveis soluções, para que seja efetivamente inserida nas aulas, indo ao encontro ao planejamento pedagógico relacionando a Educação Ambiental aos conteúdos curriculares.

Segundo Cascino (2003), os parâmetros curriculares encontram-se de forma flexível e aberta e por isso podem ser adequados à realidade de cada escola, consistindo em um instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas, nos planejamentos das aulas, elaboração de projetos e na reflexão da prática educativa e análise de material didático.

Afirma Barcelos (2008) que é de vital importância que a EA seja inserida no ambiente escolar de uma forma dinâmica, lúdica, estimulante e divertida, para que seja desenvolvida nas pessoas sua consciência, que possam mudar seus hábitos e o de suas famílias, enraizando a verdadeira necessidade de se preservar nosso meio e biodiversidade.

Acredita-se como as atividades de Educação Ambiental, assim como qualquer outra atividade pedagógica demanda certo grau de conhecimento acumulado sobre o tema, diversas sugestões foram dadas pelos professores dentre elas promover a atividades e ações educativas a serem trabalhadas dentro e fora do ambiente escolar.

Gráfico 9 - Incentivo da escola no desenvolvimento de atividades na educação ambiental.



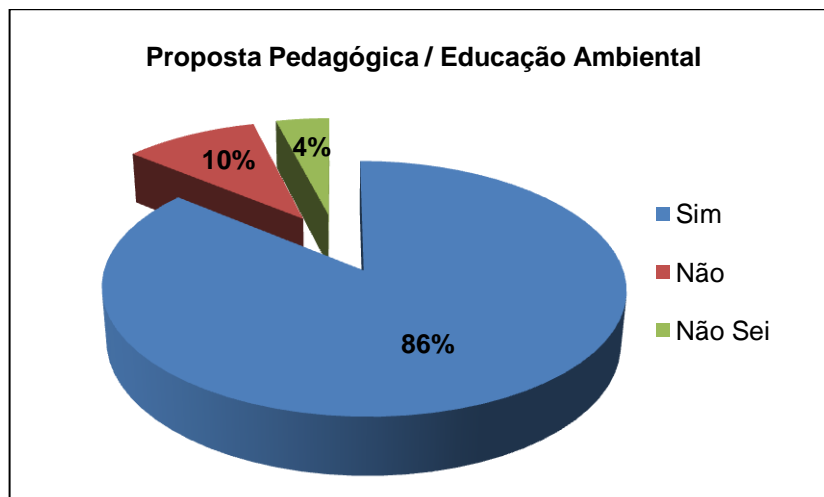
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

De acordo com o Gráfico 9, questionou-se aos docentes se existe incentivo por parte da sua escola para que você desenvolva atividades de educação ambiental com seus discentes, os resultados apontam 65% dos professores afirmaram que sim; e 35% disseram que não.

Portanto são dados relevantes que podem contribuir para dar sustentação as ações pedagógicas pautadas com as questões ambientais. Neste sentido, pode-se dizer que o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), em seu art. 22, a Lei n.º 9.394/96 propõe princípios pedagógicos e metodológicos a serem observados pelas instituições de ensino da rede pública, promovendo ações para que os docentes se sintam motivados para trabalharem a EA no ambiente escolar.

Para isso segundo (LOUREIRO, 2004) "a motivação é um fator eficaz para que aconteça êxito no processo de ensino aprendizagem". Portanto pode-se constatar nos depoimentos que os docentes encontram-se motivados para executarem os projetos, com apoio da direção da escola, reforçando o conteúdo dos livros didáticos, e inovando com propostas de acordo com suas possibilidades. Observa-se pela pesquisa, que as escolas pesquisadas procuram desenvolver de forma continua trabalhos relacionados à Educação Ambiental, pautado à temática ambiental como elementos curriculares em diversos assuntos. Portanto a Escola tem o papel de incentivar e promover os professores no intuito de desenvolver atividades relacionadas a atividades de EA, não se pode fingir ou imaginar algo fictício sobre Educação Ambiental.

Gráfico 10 - Proposta pedagógica / educação ambiental.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

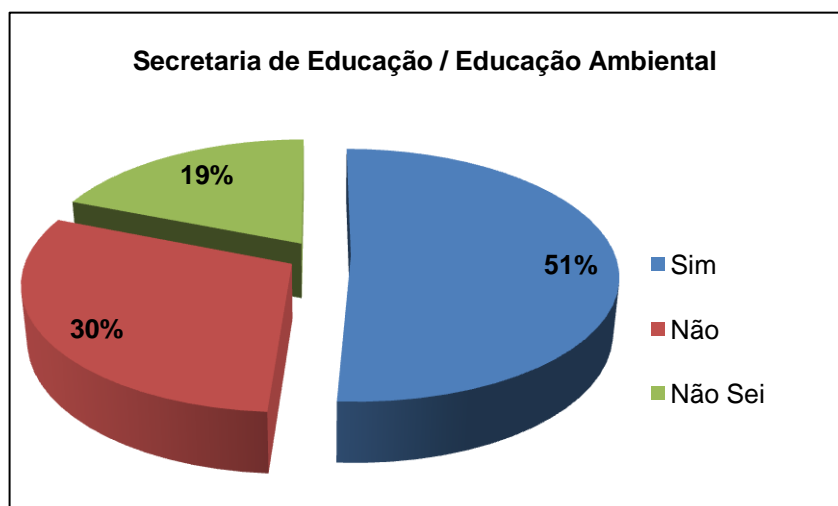
De acordo com o Gráfico 10, questionou-se os docentes se na proposta pedagógica da sua escola existe algum item que trate sobre Educação Ambiental, 86% afirmaram que sim; 10% disseram que não; e 4% não sabem.

Segundo os professores 86% afirmaram que nas propostas pedagógicas das escolas ao assunto ambiental aborda questões globais críticas e suas causas, em seu contexto social e histórico, contemplando ainda aspectos primordiais tais como poluição do ar, reciclagem, desmatamento e degradação da fauna e flora. Ainda segundo os professores, para uma abordagem eficaz, que desperte o interesse, a reflexão do aluno e o raciocínio crítico, esses temas podem ser trabalhados por meio de práticas pedagógicas inovadoras, a exemplo de projetos, utilização de jogos e atividades lúdicas, entre outros.

Assim o que se verifica no modelo educacional atual é que a educação aponta para propostas pedagógicas de conscientização, mudanças de comportamento, e o desenvolvimento de competências, fazendo com que os educados sejam seres ativos e participativos da sociedade (LEME, 2006).

Portanto acredita-se que as propostas pedagógicas englobando o assunto Educação Ambiental seja um direcionador da aprendizagem para os docentes, buscando estimular aos alunos a pesquisar, afim de fazer com que o aluno também possa interagir com seu grupo familiar e comunidade afim de detectar os problemas ecológicos em torno do meio vivenciado.

Gráfico 11 - Secretaria de educação/educação ambiental.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.



Conforme os dados da pesquisa, os resultados apontam 51% afirmaram que sim, 30% disseram que não e 19% não sabe. De acordo com as respostas dos professores, percebe-se que a Secretaria de Educação implementa efetivamente a EA nas Escolas do Ensino Fundamental na modalidade Jovens e Adultos, tem se mostrado um trabalho contínuo, promovendo atividades de formação e sensibilização, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na continuidade e manutenção dos já existentes. Porém, para isso, é fundamental que todos os docentes estejam também empenhados e interessados em trabalhar o assunto. A escola enquanto transformadora do conhecimento, através de seus docentes tem o compromisso de participar e envolver-se nos processos de mudanças, para tanto, faz-se necessário um trabalho em conjunto (PAIVA, 2008).

É notório que essa propostas pedagógicas envolvendo a EA, é desenvolvida e incentivada pela Secretaria de Educação, contemplados alguns projetos interdisciplinar que são adotados pelas escolas: "Projeto Plantando o Futuro; Projeto Escola Sustentável e com Vida; Projeto Sustentabilidade o Planeta pede socorro". Portanto são projetos que estando na maioria das vezes presentes nas práticas adotadas pelos educadores ordenada dentro dos conteúdos programáticos escolar. Sabe-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais orienta que a Educação Ambiental seja trabalhada em todas as disciplinas de forma interdisciplinar.

Portanto acredita-se num enfoque por parte da Secretaria de Educação em relação a análise das atividades sobre Educação Ambiental, pois a principal função da pesquisa, é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para de atuarem e decidirem na realidade sócio ambiental de um modo empenhado com a vida e com o bem-estar de cada um e da sociedade.

Questionou-se aos docentes sobre que resultado você acredita alcançar ao trabalhar Educação Ambiental na sua prática educacional? Percebeu-se na fala que muitos dos professores afirmaram com certa segurança que obtém resultados satisfatórios principalmente quando envolve os alunos em projetos (reciclagem, separação de lixo e outros), revelando que a maioria dos alunos tem ciência da importância dos trabalhos ou atividades voltadas para a Educação Ambiental. Ainda segundo a fala dos professores afirmaram que trabalham a temática com palestras,

vídeos/filmes, oficinas e atividades extraclases. Fica característico que os poucos trabalhos realizados são feitos de forma individualizada e apenas por docentes das áreas afins. Para Araujo e Soares (2010) "a interação, a troca de experiências e o planejamento coletivo são fatores fundamentais para que os objetivos propostos sejam alcançados".

Acredita-se que partindo para as concepções dos professores entrevistados sobre suas práticas envolvendo o meio ambiente e a importância da EA, pode-se notar que todos os conceitos e falas se assemelham entre os professores.

Interrogado os professores sobre o que você entende por Educação Ambiental? Percebeu-se que muitos dos docentes não têm um conceito claro de meio ambiente, como pode se comprovado nas falas de alguns: "*natureza que promove as relações entre os seres vivos*", demonstrando a constante necessidade de reciclagem e formação continuada desses docentes, vistos que as falas apresentam uma visão naturalista do meio ambiente e entendimentos tradicionais de educação.

Portanto na visão de Barcelos (2008) o conceito de Educação Ambiental desenvolve-se num contexto de complexidade, buscando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação política, social, e ética. No entendimento de Cascino (2003) concorda com o conceito supracitado sobre a definição da Educação Ambiental afirmando no sentido de que esta aponta para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental.

Neste sentido, a Educação Ambiental pode ser definida como um processo que busca despertar a preocupação coletiva e individual para a questão ambiental, sendo trabalhadas nas práticas de ensino escolar dos docentes, afim de estimular os educandos no enfrentamento das questões sociais e ambientais.

## **CAPÍTULO 5**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se discutir sobre as possibilidades para enfrentamento das atuais situações que permeiam as questões ambientais, a escola é vista como mediadora, pois atualmente tem papel primordial no desenvolvimento e formação dos cidadãos empenhados com a edificação de uma sociedade sustentável. Neste sentido, incluir a extensão ambiental na modalidade EJA, é de grande importância no sentido de proporcionar aos indivíduos uma formação que levem aos sujeitos a compreender a complexidade dos problemas socioambientais, buscando um posicionamento crítico diante da realidade. Portanto esta pesquisa procurou analisar as concepções e práticas utilizadas pelos professores no processo de interação entre a educação ambiental e o ensino da Educação de Jovens e Adultos. Através de questionário direcionado aos docentes foi possível obter informações relevantes para atender os objetivos propostos. A partir dos resultados alcançados, é possível tecer algumas considerações sobre as concepções dos docentes das Escolas Municipais do Município de Vila Velha que ofertam a modalidade EJA.

Em relação ao primeiro objetivo específico, identificou-se que existe uma continuidade entre os Projetos Políticos Pedagógicos e as práticas educativas em torno das questões ambientais (Gráf.10, p. 70), pois o nível de envolvimento dos docentes em atividades de EA é bastante significativo, evidenciando um conhecimento considerado sobre as práticas e proposta recomendada pela PPP das escolas, outro fato considerado importante, é o apoio de a Secretaria de Educação de Vila Velha (Gráf.11, p. 71), propõe atividades nas escolas sobre Educação Ambiental a todas as modalidades de ensino. Desta forma as atividades de EA desenvolvidas pelas escolas ocorrem de forma contínua, e com apoio e iniciativa dos professores.

Em relação ao segundo objetivo específico, foram identificadas programas e projetos educacionais fomentadas pela escola em conjuntos com os docentes, e de acordo com as respostas dos docentes, percebe-se que implementar efetivamente esses programas tendo com temática a EA nas escolas tem se mostrado uma tarefa bastante produtiva.

Pois são focados nos projetos ou programas, atividades de formação e sensibilização, na implantação dessas concepções e, principalmente na manutenção e continuidade dos projetos já existentes. Esses projetos só terão desenvolvimento, estando na maioria das vezes atrelados as práticas adotadas pelos educadores e ordenada dentro dos conteúdos programáticos escolares, e com ações conjuntas (escola, professores e alunos).

Outro fato importante quanto aos interrogados, os docentes sobre o planejamento e projetos voltadas para a educação ambiental (Gráf.8, p. 68), que os mesmo em conjunto com outros professores estão conseguindo interagir, para que se possa trabalhar de forma mais efetiva esse assunto, junto aos conteúdos das diferentes disciplinas que compõem o currículo. Portanto o trabalho interdisciplinar envolvendo esses projetos pode ser uma possibilidade de mudança no processo educativo. Sabe-se, que são poucas as disciplinas que contemplam o tema Educação Ambiental, isso pode contribuir para o não interesse dos discentes sobre a questão ambiental.

Para o terceiro e último objetivo específico, o que se refere às metodologias utilizadas pelos professores com suporte ao trabalho de educação ambiental, verifica-se um entrave na disponibilidade de recursos didáticos (Gráf.7, p.67), que por sua vez é considerado como limitador para os professores desempenharem o conteúdo do plano de aula.

Por sua vez vale ressaltar que uma parcela desses professores desconhece a ampla bibliografia disponível no mercado editorial envolvendo essa temática. Portanto também para dar sustentação a análise de último objetivo, verificou-se também conforme o desenvolvimento de novas metodologias voltadas para EA, está diretamente relacionado ao envolvimento desses professores no andamento do processo educativo é a formação continua desses profissionais, pois é uma das mais importantes políticas no que diz respeito à capacitação desses docentes. Entretanto não basta apenas estar focado às questões ambientais, é preciso também, formação continuada para enfrentar esses desafios, e implica em superar as barreiras do comodismo e procurar diferentes alternativas metodológicas para atender suas necessidades.

Conclui-se, que dentro desta perspectiva, verifica-se uma preparação e uma atualização dos profissionais de educação que atuam na modalidade EJA, em conjunto com a escola e Secretaria de Educação, fim de contribuir na construção e formação da consciência crítica ambiental da coletividade e do indivíduo, buscando diferentes formas de ver e agir no mundo em relação às pessoas e ao meio ambiente. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir na melhoria das concepções e práticas voltada para a Educação Ambiental na modalidade EJA no ensino público municipal de Vila Velha, ou ao menos possa provocar questionamentos que levem as pessoas a assumirem novas atitudes em relação ao meio em que vivem, ou incentivar novas pesquisas nessa temática.

Nesta pesquisa, foram discutidos alguns pontos que justificam a inserção da dimensão ambiental e a formação continuada dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos. É evidente que as possibilidades de articulação entre esses dois campos não se esgotam, muitas questões excedem os limites deste trabalho, contudo merecem novas investigações afim de apontar melhorias nas propostas pedagógicas das escolas, na inserção eficiente e efetiva da Educação Ambiental.

Embora o cunho desta pesquisa foi direcionada aos professores que atuam na modalidade EJA, existem ainda, diversos eixos que poderiam se compor como objetos de pesquisas para novos trabalhos, entre eles, verificar o grau de satisfação dos alunos que compõe a EJA durante o desenvolvimento de práticas e atividades de Educação Ambiental; estabelecer e desenvolver estratégias didáticas em trabalhos de EA utilizadas pela comunidade escolar da EJA e sua eficácia para a comunidade, são propostas sugeridas de grande relevância, que poderiam nortear futuros trabalhos nesta área no município de Vila Velha - ES.

## REFERENCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. **Sociologia da educação não formal**: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?. in: STOER, Antonio J. A sociologia na escola, Porto: Editora Afrontamento, 1989, p. 83-96.
- ARAUJO, M. I. O. SOARES, M. J. N. **Educação ambiental**: o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas. Aracaju: Criação A&C, 2010.
- ARROYO. Miguel. G. **Educação de jovens e adultos**: um campo de direito e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio et al. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 2º. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- ASEVILA - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Plano de desenvolvimento sustentável de Vila Velha. Vila Velha**: ASEVILA, 2010. 120p. Disponível:<[www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes.pdf](http://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes.pdf)>. Acesso em 29 fev. 2015.
- ASEVILA - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Situação socioeconômica e gestão do município de Vila Velha. Vila Velha**: ASEVILA, 2008.179p. Disponível:<[www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes.pdf](http://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes.pdf)>. Acesso em 29 fev. 2015.
- BARCELOS, V. **Educação ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.
- BRANCO, Sandra. **Educação ambiental**: metodologia e prática de ensino. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Congresso Federal. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 1999. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n.º 9394/96. Brasília: D.O.U, 1997. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BRASIL. **Educação Ambiental curso básico à distância - documentos e legislação da Educação Ambiental**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 5 v. 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/1996. Brasília: 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em 10 de out. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394. Governo Federal. Conselho Nacional de Educação. Brasília: 1999 <[www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. <[portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: bases legais**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9.795/1999. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em 13 nov. 2014.

CARNIATTO, I; HOEPERS, L. L. F; HOEPERS, L. M. L, Adaptação e aplicação de métodos didáticos para E.J.A. no ensino de educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande - RS, v. especial, p.217-218, jan./jun. 2014.

CARVALHO, I.C.M (Orgs). **Educação ambiental**. Porto Alegre. Artmed, 2006.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. 3. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

CORRÊA, S. A., ECHEVERRIA, A. R., OLIVEIRA, S. de F. **A inserção dos Parâmetros Curriculares Nacionais nas Escolas da Rede Pública do Estado de Goiás - Brasil: A abordagem dos Temas Transversais – com ênfase no Meio Ambiente**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande - RS, v.17, p. 1-19, jul./dez. 2006.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas: 8 ed**. São Paulo: Ed Gaia, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental – manual do professor**. São Paulo: Global, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teórica e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

FLORIANO, Eduardo P. **Educação ambiental de cada dia**. Caderno Didático nº 10, 1ª ed. / Eduardo P. Floriano. Santa Rosa, 2004.



FLORIANO, Eduardo P. **Educação ambiental como eixo transversal do processo de ensino-aprendizagem** - Santa Rosa: Ambiente Inteiro, 2006.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

GALEANO, A. M. P. Dissertação de Mestrado. **Formação Continuada de professores alfabetizadores da REME – Rede Municipal de Ensino do Município de Corumbá – Garantia de qualidade de ensino?** 2005. 203p. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Disponível em <[www.ppec.ufms.br/Dissertações/Dissertacao\\_Sim.pdf](http://www.ppec.ufms.br/Dissertações/Dissertacao_Sim.pdf)>. Acesso em 28 de Setembro de 2014.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GHANEM, Elie. **Educação escolar e democracia no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica/Ação Educativa, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2006, vol.14, n.50, pp. 27-38. ISSN 0104-4036. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100003&script](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100003&script)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papius, 1995.

IBGE. **Censo**, 2007. Disponível em:<[ibge.gov.br/home/estatistica/censo2000](http://ibge.gov.br/home/estatistica/censo2000)>. Acesso em: 02 jun. 2014.

IBGE. **Cidades**, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> Acesso em: 02 jun. 2014.

IGLESIAS, Francisco. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos**. Tese de doutorado. Florianópolis: CED/UFSC, 2011. v. 1. 216p. Disponível em <[http://www.ppgeufsc.com.br/tese\\_di\\_detail.php?id\\_tese\\_di=10](http://www.ppgeufsc.com.br/tese_di_detail.php?id_tese_di=10)>. Acesso em: 07 jun.2014

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de Metodologia Científica**. . São Paulo: Atlas, 1999.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 240 p. 2011.

LEME, Rogério. **Aplicação prática da gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. e TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e gestão da escola**. Rio de Janeiro: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOZANO, M. S. e MUCCI, J. L. N. A. Educação ambiental em uma escola da rede estadual de ensino no Município de Santo André: análise situacional. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande - RS, v.14, p.133, jan./jun. 2005. Acesso em: 2 jun. 2014.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MEGID NETO, J. FRACALANZA, H. O livro didático de ciências: problemas e soluções. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 147-157, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MINAYO, M. S. C. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/ Maria da Glória Carvalho Moura** – Curitiba: Educarte, 2004.

PAIVA, Milta Cecília Gomes de. **Educação Ambiental: conscientização, sensibilização e preservação do meio ambiente na escola pública**. 2008. 82f. Monografia (Pós- Graduação em Educação Ambiental), Faculdades Integradas Ipitanga, Lauro de Freitas/BA, 2008. Disponível em <[www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4153031.pdf](http://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4153031.pdf)>. Acesso em 28 set. 2014.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola 1987. v. 1.

PARANHOS, Rones de Deus. **A relação entre a Educação Ambiental e a Educação de Jovens e Adultos**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Goiânia, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Plano Municipal de Desenvolvimento do Município**. Lei nº 4.707 de 10 de Setembro de 2008.

Disponível em:

<[ww.legislacaonline.com.br/vilavelha/images/leis /.../L47072008.html](http://ww.legislacaonline.com.br/vilavelha/images/leis /.../L47072008.html)>. Acesso em: 09 dez 2014.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Gaia; 2002.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RUY, Rosimari A. Viveiro. A educação ambiental na escola. **Revista Eletrônica de Ciências** - Número 26 - Maio, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTA CATARINA (Estado). **Proposta de Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio**. Secretaria de Estado de Educação e do Desporto; COGEN, 1998. 120 p. Disponível em: <[www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/doc.../862-temas-multidisciplinar](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/doc.../862-temas-multidisciplinar)>. Acesso em: 03 jan. 2015.

SATO, M. **Debatendo os desafios da educação ambiental**. In: I Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro. Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental, FURG & Pró Mar de Dentro, p. 17-21, maio, 2001. Disponível em <[www.partes.com.br/meio\\_ambiente/educacao.htm](http://www.partes.com.br/meio_ambiente/educacao.htm)>. Acesso em 17 Out. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VILA VELHA. **Projeto Interdisciplinar de Educação**, 2012. Disponível em <[vilavelha.es.gov.br/secretaria/educacao](http://vilavelha.es.gov.br/secretaria/educacao)>. Acesso 28 set. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **lista das UMEF's - Unidades Municipais de Ensino Fundamental de Vila Velha**. SEMED: Vila Velha, 2015.

SESI/ES. **Relatórios Dinâmicos**: indicadores municipais. Portal ODM - Objetos de Desenvolvimento do Milênio. SESI/ES, 2013, p.9. Disponível em <[www.relatariosdinamicos.com.br](http://www.relatariosdinamicos.com.br)>. Acesso em 25 jan. 2015.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais**, ano 6, v. 6, n. 4, p. 1-16, out./nov./dez. 2009.

TAUK-TORNISIELO, S.M. et al.(organizadores). **Análise ambiental**: estratégias e ações. São Paulo: T.A. Queiroz; Fundação Salim Farah Maluf, 1995, 381p.

TELLES, M de Q.; ROCHA, M.B. da; PEDROSO, M. L. & MACHADO, S.M. de C. **Vivências integradas com o meio ambiente**. São Paulo: Sá Editora, 2002.

THERRIEN, Jacques. **O saber do trabalho docente e a formação do professor..** Campinas: Papirus, 2002.

TREVISAN, A. L. **Terapia de Atlas:** pedagogia e formação docente na pós-modernidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **O Perfil dos professores brasileiros:** o que fazem, o que pensam, o que almejam...São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000027.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2014.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ibama, 1999. Disponível em:<[unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2014.

VIANA, P. A. M. O.; OLIVEIRA, J. E. A **inclusão do tema meio ambiente nos currículos escolares.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande – RS, v.16, p.1-17, jan./jun. 2006.

WIKIPÉDIA. **Unesco.** Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <[wikipedia.org/wiki/Organização\\_das\\_Nações\\_Unidas\\_para\\_a\\_Educação](http://wikipedia.org/wiki/Organização_das_Nações_Unidas_para_a_Educação)>. Acesso em: 23 set 2014.

XAVIER, C.L.; NISHIJIMA, T. Percepção ambiental junto aos moradores do entorno do arroio Tabuão no bairro Esperança em Panambi/RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental.** v. 1, p.47-58, 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE - A - Questionário Estruturado - Professor

### QUESTIONÁRIO - PROFESSORES (A)

Objetivo: Verificar o conhecimento dos Professores sobre as questões ambientais, assim como a participação no currículo da escola.

#### Dados pessoais

##### 1. Gênero

( ) Masculino ( ) Feminino

##### 2. Idade

( ) Menos de 25 anos ( ) 26 a 35 anos ( ) 36 a 45 anos ( ) 46 anos ou mais

##### 3. Local de Residência

( ) Vila Velha ( ) Outro Especificar: \_\_\_\_\_

##### 4. Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Formação Complementar

( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

Área: \_\_\_\_\_

##### 5. Na sua graduação você teve formação em Educação Ambiental?

( ) Sim ( ) Não

##### 6. Você já realizou alguma formação continuada em Educação Ambiental?

( ) Sim ( ) Não

##### 7- Qual seu vínculo empregatício na escola?

( ) Professor efetivo

( ) Professor substituto

( ) Professor readaptado, temporariamente ou definitivamente

Por qual motivo e por quanto tempo? \_\_\_\_\_

**8. Possui experiência em outra modalidade de ensino?**

Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

**9. Quais as dificuldades encontradas para desenvolver atividades educativas voltadas para o tema meio ambiente?**

- Pouco conhecimento em educação ambiental  
 Falta de material disponível na secretaria de educação  
 Falta de estímulo da secretaria de educação  
 Tempo insuficiente para desenvolver atividades com os alunos  
 Outros Citar: \_\_\_\_\_

**10. Você planeja atividades, extraclases, voltadas para a Educação Ambiental?**

Sim  Não

Quais: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**11. Existe incentivo por parte da sua escola para que você desenvolva atividades de educação ambiental com seus alunos?**

Sim  Não

Quais: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**12. Na proposta pedagógica da sua escola existe algum item que trate sobre Educação Ambiental?**

Sim  Não  Não sei



**13. A Secretaria de Educação propõe atividades sobre Educação Ambiental a todas as modalidades de ensino?**

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sei

Qual? \_\_\_\_\_

**14. Que resultado você acredita alcançar ao trabalhar Educação Ambiental na sua prática educacional?**

---

---

---

**15. O que você entende por Educação Ambiental?**

---

---

---

## **ANEXO**

ANEXO - A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Reconhecido pela Portaria MEC/CNE nº 1.324 de 08/11/2012 publicada no D.O.U. de 09/11/2012

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

São Mateus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Prezados (as) Senhores (as)

Eu \_\_\_\_\_  
 mestrando (a), responsável principal pelo projeto de Dissertação de Mestrado intitulada

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, que pertence ao curso de **Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional** da **Faculdade Vale do Cricaré**, solicita ao Diretor desta Unidade Escolar a autorização para realizar a pesquisa de campo, com o objetivo de desenvolver trabalho de Mestrado. A pesquisa será orientada pelo (a) Professor (a)

\_\_\_\_\_.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Coordenadora Adjunta Msc. Luana Frigulha Guisso